



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
COORDENAÇÃO DE SERVIÇO SOCIAL

**Maria Dolores Melo do Nascimento**

**A PERCEPÇÃO DA EQUIPE MULTIPROFISSIONAL E DOS PAIS OU  
RESPONSÁVEIS PELOS DISCENTES DA ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ VIRGÍNIO  
DE LIMA ACERCA DO PROCESSO DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL**

Campina Grande  
2012

**Maria Dolores Melo do Nascimento**

**A PERCEPÇÃO DA EQUIPE MULTIPROFISSIONAL E DOS PAIS OU  
RESPONSÁVEIS PELOS DISCENTES DA ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ VIRGÍNIO  
DE LIMA ACERCA DO PROCESSO DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao curso de Serviço Social  
da Universidade Estadual da Paraíba  
como pré-requisito para obtenção do título  
de bacharel Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Adriana Freire  
Pereira Férriz

Campina Grande  
2012

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL CIA 01 – UEPB

N244p Nascimento, Maria Dolores Melo do.

A percepção da equipe multiprofissional e dos pais ou responsáveis pelos discentes da escola municipal José Virgínio de Lima acerca do processo de trabalho do Assistente Social./ Maria Dolores Melo do Nascimento. – 2012.

63 f.; il, color

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2012.

“Orientação: Profa. Dra. Adriana Freire Pereira, Departamento de Serviço Social”.

1. Serviço Social. 2. Equipe profissional 3. Interdisciplinaridade I. Título.

21. ed. CDD 361.3

Maria Dolores Melo do Nascimento

**A PERCEÇÃO DA EQUIPE MULTIPROFISSIONAL E DOS PAIS OU  
RESPONSÁVEIS PELOS DISCENTES DA ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ VIRGÍNIO  
DE LIMA ACERCA DO PROCESSO DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao curso de Serviço Social  
da Universidade Estadual da Paraíba  
como pré-requisito para obtenção do título  
de bacharel Serviço Social.

Aprovada em: 05/07/2012

BANCA EXAMINADORA

Adriana Freire Pereira Férriz

Profa. Dra. Adriana Freire Pereira Férriz - DSS/UEPB  
Orientadora

Alcilene da Costa Andrade

Profa. MS. Alcilene Costa Andrade - DSS/UEPB  
Examinadora

Maria Jailma Rodrigues da Penha

Maria Jailma Rodrigues da Penha - Supervisora de Campo  
Examinadora

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus por me iluminar e me dá discernimento para enfrentar os obstáculos do meu caminhar.

A minha Orientadora Profa. Dra. Adriana Freire Pereira Férriz, pela sensibilidade e compreensão no meu momento de desmotivação, me incentivou a retomar o trabalho e também pela dedicação em todas as etapas deste.

A minha mãe Augusta Caetano de Melo que sempre afirmou que a única herança que poderia deixar para seus filhos era a educação e a todos(as) meus familiares, pela confiança e motivação.

Aos amigos e colegas, pela força e incentivos sempre me fazendo acreditar que tudo é possível basta só enfrentar os obstáculos.

Aos professores e colegas de Curso, pois juntos trilhamos uma etapa importante de nossas vidas.

Aos sujeitos entrevistados, pela concessão de informações importantes para a realização deste estudo.

A todos que, de algum modo, contribuíram, colaboraram para o planejamento, elaboração, execução e finalização deste trabalho.

## RESUMO

A política de educação no Brasil se construiu de forma diferenciada, uma educação para os filhos da elite e outra para os filhos da classe trabalhadora. Só a partir da Constituição Federal de 1988 a educação passa a ser reconhecida com direito de todos e, conseqüentemente, dever do Estado. O presente trabalho que é fruto de uma pesquisa de caráter qualitativo, cujo objetivo foi analisar o processo/trabalho do assistente social a partir da percepção dos pais ou responsáveis pelos alunos (as) e da equipe multiprofissional da Escola Municipal José Virgínio de Lima, situada no município de Campina Grande/PB. A partir dos dados colhidos evidenciou-se que o Serviço Social apesar de sua grande contribuição no processo educacional cotidiano ainda é pouco solicitado, tendo em vista que os pais ou responsáveis pelos discentes buscam resolverem os conflitos por conta própria, com os professores (as) e através da direção da unidade escolar. Por outro lado, o fato dos profissionais procurarem buscar solucionar os problemas que surgem na sala de aula sozinhos, mesmo que muitas vezes não tenham o arcabouço teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo suficiente, distanciando-se, portanto, de uma prática de caráter interdisciplinar.

**Palavras-chave:** Serviço Social. Equipe Profissional. Interdisciplinaridade.

## **ABSTRACT**

The politics of education in Brazil is built differently, an education for the children of the elite and another for working-class children. Only from the 1988 Federal Constitution education is now recognized as a universal right and therefore the duty of the State. This work is the result of a qualitative research study, which analyzed the process / work of the social worker from the perception of parents or guardians of students (as) and multidisciplinary team of the Municipal School of Lima Jose Virginio, located in Campina Grande / PB. From the data collected showed that the Social Services despite his great contribution to the educational process is still somewhat routine required in order that parents or guardians of students seek to resolve conflicts on their own, with the teacher (s) and through the direction of the school unit. On the other hand, the fact that professionals seek to seek to solve the problems that arise in the classroom alone, even though they often do not have the theoretical and methodological, ethical, political and technical-operative enough, away, therefore, a practice of interdisciplinary character.

**Keywords:** Social Service. Professional Team. Interdisciplinarity.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 01 - Idade dos pais ou responsáveis .....	38
Gráfico 02 - Escolaridade dos pais ou responsáveis .....	39
Gráfico 03 - Frequência de encaminhamentos ao Serviço Social .....	45
Gráfico 04 - Problemas de relacionamento das crianças .....	46
Gráfico 05 - Na instituição, com quem procurou resolver o problema .....	47
Quadro 01 - Caracterização dos membros da equipe multiprofissional entrevistado .....	41
Quadro 02 - Demandas prioritárias levantadas pelos pais ou responsáveis dos discentes .....	49



## LISTA DE SIGLAS

ABE	Associação Brasileira de Educação
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
FMI	Fundo Monetário Internacional
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MEC	Ministério da Educação
PCCR	Plano de Cargo Carreira e Remuneração
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>2</b>	<b>A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO BRASILEIRA: DAS PROTOFORMAS À CONTEMPORANEIDADE .....</b>	<b>12</b>
2.1	A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO NAS SUAS PROTOFORMAS .....	12
2.2	A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 .....	17
<b>3</b>	<b>SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO NUMA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR .....</b>	<b>21</b>
3.1	A INSERÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO .....	21
3.1.1	<b>Atribuições do assistente social na área da educação .....</b>	<b>25</b>
3.2	O SERVIÇO SOCIAL NA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR .....	28
<b>4</b>	<b>A PERCEPÇÃO DA EQUIPE MULTIPROFISSIONAL E DOS PAIS OU RESPONSÁVEIS PELOS DISCENTES DA ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ VIRGÍNIO DE LIMA ACERCA DO PROCESSO DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL .....</b>	<b>32</b>
4.1	CONHECENDO O NOSSO CAMPO DE ESTÁGIO .....	32
4.1.1	<b>A estrutura da escola .....</b>	<b>33</b>
4.1.2	<b>O serviço social na instituição .....</b>	<b>34</b>
4.2	O PROCESSO DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ VIRGÍNIO DE LIMA .....	37
4.2.1	<b>Perfil dos sujeitos da pesquisa .....</b>	<b>37</b>
4.2.2	<b>Concepção acerca do trabalho do assistente social .....</b>	<b>42</b>
4.2.3	<b>Papel do serviço social na perspectiva de interdisciplinaridade .</b>	<b>43</b>
4.2.4	<b>As (im)possibilidades de respostas às demandas profissionais .</b>	<b>48</b>
<b>5</b>	<b>APROXIMAÇÕES CONCLUSIVAS .....</b>	<b>53</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>55</b>
	<b>APÊNDICES .....</b>	<b>57</b>
	<b>ANEXOS .....</b>	<b>62</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho resulta da pesquisa realizada com os pais ou responsáveis pelos discentes e profissionais da Escola Municipal José Virgínio no bairro do Jeremias, no município de Campina Grande/PB, que teve como objetivo analisar como se dá o desenvolvimento do trabalho operacionalizado pelo Serviço Social na referida instituição.

O que motivou o interesse pela temática foi experiência enquanto estagiária do curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), na escola acima citada. Tal experiência nos colocou diante de uma imensidão de categorias analíticas. Dentre elas, a prática desenvolvida pela assistente social da instituição em tela nos chamou mais atenção, na medida em que as percepções da comunidade escolar sobre o profissional de assistência social não contemplam as atribuições desse profissional no seu todo.

Desse modo, como forma de aprofundarmos o assunto, consideramos que é importante o conhecimento acerca da percepção que os usuários e os outros profissionais que compõem a comunidade escolar tem com relação ao Serviço Social e a inserção destes no âmbito escolar.

Ressalta-se que o Serviço Social se configura como uma profissão situada no processo das relações sociais, marcada por constantes lutas em defesa da igualdade de direitos e condições de acesso a bens e serviços, além da intervenção direta nas diferentes expressões da questão social, tem nos espaços das instituições educacionais um terreno fértil e ao mesmo tempo contraditório para a atuação profissional, pois ao mesmo tempo em que esta profissão busca viabilizar direitos de cidadania garantidos constitucionalmente, encontra-se sem possibilidades de assegurar tais direitos.

A pesquisa foi estruturada a partir de um estudo exploratório com abordagem qualitativa. A opção pelo estudo qualitativo parte da compreensão de que ele trabalha com o universo de significados, motivações, aspirações, crenças, valores, atitudes dos sujeitos entrevistados, que correspondem a um espaço mais profundo de relações e dos fenômenos que não podem ser traduzidos à operacionalização de variáveis definidoras dos estudos quantitativos. Como afirma Minayo (1998, p. 10), o método qualitativo é compreendido “como aquele capaz de incorporar a questão do

significado e da intencionalidade como inerentes aos atos, às relações, e as estruturas sociais”. Nesse sentido, o estudo trabalhou o nível das percepções e da prática na escola, levando em consideração o olhar sobre o assistente social e suas atividades.

A princípio, durante o período de estágio supervisionado realizamos um levantamento exploratório na escola a fim de coletar dados acerca da unidade escolar e delimitar os participantes da pesquisa, bem como formalizar a autorização para proceder com a investigação. Para ilustrar foi feito um recorte dessa realidade a partir de alguns dados coletados com os membros que atuam na equipe multiprofissional, com os pais e responsáveis pelos discentes que são usuários no espaço ocupacional da educação, nos possibilitando, assim, defini-los como sujeitos que compõem a nossa pesquisa. Destes, correspondendo a sete profissionais da área de pedagogia (professores, supervisora e orientadora pedagógica), que atuam na escola ora enfatizada e vinte e um pais ou responsáveis pelos discentes.

Para isso, foram utilizados como instrumento de coleta de dados, questionários semiabertos aplicados aos pais ou responsáveis e a equipe multiprofissional, com exceção do assistente social. Os questionários indagavam a respeito do conhecimento dos pais ou responsáveis pelos alunos(as) e aos membros da equipe multiprofissional sobre a prática do assistente social na escola, sua importância e a possibilidade de intervenção nas demandas que surgem frequentemente no cotidiano escolar.

Definidos o tema e o objeto de estudo, foi elaborado um projeto de pesquisa que foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos, que foi aprovado sob o protocolo de n. 017.0.133.000-11 (Anexo A).

A referida pesquisa foi realizada nos meses de maio e junho do ano de dois mil e onze, conseguindo atingir um universo de 11% do total de 190 alunos(as) matriculados(as), correspondendo, portanto, a um total de aproximadamente 21 responsáveis. Quanto à equipe multiprofissional foram entrevistados os sete profissionais sendo: professores (04), direção (01), supervisora (01) e orientadora pedagógica (01), que atuam na escola ora enfatizada. Diante do que foi previsto no projeto conseguimos entrevistar 100% da amostragem proposta.

A estrutura de exposição deste trabalho ficou definida da seguinte maneira: No Capítulo 01 são expostos os aspectos introdutórios; no Capítulo 02 apresentamos uma contextualização histórica da política educacional brasileira e

aponta elementos que contribuem com a discussão da inserção do Serviço Social na educação. Considera a conjuntura dessa política, e avança na reflexão sobre a lei de Diretrizes e Bases da Educação e suas implicações na atualidade.

O Capítulo 03 apresenta como se deu a inserção do Serviço Social na educação. Em seguida aborda a importância da equipe multiprofissional na perspectiva do desenvolvimento de um trabalho interdisciplinar.

O Quarto Capítulo trata de como ocorre o processo de trabalho na Escola Municipal José Virginio de Lima. Inicia-se pela caracterização do campo de estágio até a análise dos dados coletados através de entrevistas com os sujeitos da pesquisa, apontando suas possibilidades de avanços e suas dificuldades. E por fim, são expostas algumas considerações conclusivas.

## **2 A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO BRASILEIRA: DAS PROTOFORMAS À CONTEMPORANEIDADE**

A reflexão sobre a inserção do Serviço Social no campo da educação requer a compreensão da política educacional brasileira. Desta maneira, o presente capítulo tem como finalidade procurar fazer um breve resgate histórico sobre a Política de Educação Brasileira desde sua origem até a contemporaneidade fazendo uma explanação sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, situando-a na atualidade e os seus reflexos no setor educacional.

### **2.1 A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO NAS SUAS PROTOFORMAS**

Nos últimos anos, o Ministério da Educação (MEC) tem investido na educação, primordialmente, na primeira fase do ensino fundamental, através de programas e projetos que integram a política educacional de nosso país.

Historicamente, a política educacional brasileira foi marcada por diversas reformas e modelos que atenderam aos interesses das classes dominantes desde o processo de colonização, caracterizando-se por ser uma política desenvolvida em conjunto com a estruturação socioeconômica da sociedade brasileira. O acesso à alfabetização em escolas regulares era garantido apenas aos filhos das elites econômicas e políticas do país, deixando a maioria da população excluída do processo de educação formal.

O início da educação escolar no Brasil ocorre com a chegada dos padres jesuítas em 1549. Foi por intermédio deles que se desenvolveu o sistema educacional de elite, rígido, confessional e catequizante, que marca profundamente a educação brasileira. O que caracteriza este período é a inexistência de uma política educacional de caráter estatal.

Segundo Pinto (1986), a ausência desse sistema educacional pode ser apontada como um entrave ao desenvolvimento econômico, uma vez que não exigia qualificação de mão de obra, o que nos leva a crer que o nível cultural da Colônia era significativamente baixo e a ignorância dos colonos portugueses se refletia na

falta de habilidades e conhecimento técnico para o desenvolvimento de suas atividades produtivas.

É a partir de 1802 com a chegada da Família Real, com toda a sua Corte, que o Brasil vai ser palco de profundas mudanças nos planos econômicos, políticos e sociais. Essa nova situação impulsiona uma reorganização administrativa, que coloca em crise a estrutura econômica da Colônia, caracterizada por estruturas arcaicas. As produções eram voltadas, prioritariamente, para exportação. Essa nova realidade exigiu a formação de novos quadros técnicos e administrativos para atender à demanda dos serviços criados em função das inovações trazidas e introduzidas por D. João VI.

De acordo com Pinto (1986), é neste momento que foram fundadas as primeiras escolas técnicas e academias. A abertura dos portos ampliou as relações com outros países e outras culturas, necessitando, dessa forma, da qualificação do processo de produção. No período foram criadas a Academia Militar, Academia Real da Marinha, o curso de cirurgia, de anatomia e, em seguida o de medicina. Portanto, foram implantando diversos cursos com o intuito de apenas profissionalizar.

A primeira ideia de um sistema educacional surgiu após a Independência, na Constituição de 1824, outorgada por D. Pedro I. Com ela, pretendeu-se, de forma embrionária, garantir escolas primárias e a criação de colégios e universidades. A educação brasileira, neste momento, mesmo caracterizando-se como de elite, apresentava um atendimento à sociedade aristocrática deficiente quanto à qualidade. Os liceus criados nas diversas províncias e outras unidades escolares visaram amenizar o pauperismo da organização e do funcionamento escolar.

Diante do descaso do Estado em relação à educação pública, o avanço da iniciativa particular no sistema educacional foi consequência deste cenário. Tais realidades expressaram o quanto às populações menos favorecidas ficaram à margem do sistema educacional e excluída das possibilidades de acesso às profissões denominadas de elite.

Entre os anos de 1889 a 1930, foram fundadas algumas escolas superiores e construídas diversas escolas primárias e secundárias no país. Esse modelo de escola era caracteristicamente urbana, sendo denominada de grupos escolares. Essa modalidade de escola propôs uma nova estrutura arquitetônica, o uso de novos materiais didáticos, uma nova forma de compreender a educação no conjunto das relações sociais. No entanto, todo esse aparato pouco alterou a realidade

educacional que era de precariedade, evasão, repetência, más condições de trabalho e baixos salários e, principalmente era realidade distante da maioria da população.

A história aponta que durante as últimas décadas do século XIX ocorreram às transformações sociais, políticas, econômicas, culturais e educacionais mais importantes e decisivas para o país, tais como: abolição da escravatura, a queda da monarquia, a Proclamação da República, as migrações, separação da Igreja e o Estado, ascensão do setor industrial e urbano, o surgimento de novas classes, novas ideias positivistas, cientificistas, evolucionistas, dentre outros.

Após a Proclamação da República, o Estado assume a função de urbanizar, higienizar e educar o povo. Desse modo, a Primeira República se inicia determinada a romper com o atraso, formar o cidadão, criar uma nova ideia de Nação e instituir a moral e o civismo. Começa então, a tentativa de se construir um país ordeiro, progressista e civilizado, forjando uma ideia de que educar era mais importante que instruir.

Porém, o aumento das escolas, salas de aulas e, principalmente, o número de alunos matriculados, não significou alteração na qualidade de vida, nem em melhoria dos empregos e salários como muitos pretendiam. Na verdade, pode-se conceber que esse momento priorizou a quantidade em detrimento da qualidade. Em 1924, surge a Associação Brasileira de Educação (ABE), que impulsionou o movimento renovador da educação. A ABE foi fundada por Heitor Lyra da Silva, com sede na cidade do Rio de Janeiro, entidade da sociedade civil, sem fins lucrativos, de utilidade pública (federal e estadual), apartidária e pluralista.

Ela foi criada com a finalidade de congregar educadores, professores, intelectuais, políticos, figuras de expressão na sociedade brasileira, pessoas físicas e jurídicas interessadas no estudo e no debate de assuntos ligados a educação e à cultura. Com o intuito de atingir esses objetivos aconteceram cursos, palestras, semanas da educação e conferências, tendo como meta contribuir para o desenvolvimento do magistério.

A educação na primeira república é marcada pelo caráter messiânico, ao qual a mesma foi relacionada, provocando desta forma o surgimento de uma crença entusiasmada no que diz respeito à capacidade que a mesma exerceria na solução da desigualdade social. Depois da crise mundial de 1929, os anos 30 no Brasil foram marcados por uma série de dificuldades, apesar do desenvolvimento industrial. O



governo com o objetivo de evitar a quebra geral e o colapso da economia cafeeira buscou incentivar as atividades agrícolas. Entretanto, havia a necessidade de substituição das importações. Essa medida provocou uma redução nas importações de bens de consumo, o que veio a contribuir para a ampliação do mercado interno, estimulando a produção interna. Getúlio Vargas possibilitou mudanças consideráveis na educação brasileira, ampliando o acesso ao ensino.

A partir da realização da IV Conferência Nacional de Educação em 1931, aumenta o interesse da população pela educação, gerando e ampliando o debate sobre o tema. A importância desta temática criou um ambiente de disputa pelo modelo de escola que seria implementado na República. Para tanto, foi reunido um grupo de ativos educadores que ficaram conhecidos como os pioneiros da educação nova. Eram vinte e seis os signatários como: Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Cecília Meireles, Edgar Roquette Pinto, dentre outros. O Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova lançado em 1932 continha uma nova proposta pedagógica e trazia em seu contexto a proposta de reconstrução do sistema educacional brasileiro, diante da política educacional do Estado.

Os Pioneiros defendiam uma escola que fosse de responsabilidade do Estado; que fosse pública laica e gratuita. Eles ainda se apresentaram como favoráveis à educação, isto é, uma escola comum, aberta a todos sem distinção de sexo, cor ou posição social. Estes princípios indicados no Manifesto de 1932 desencadearam forte oposição dos educadores católicos, contrários não só ao controle do Estado sobre o ensino como a educação laica. Para eles, a formação católica era fundamental para manter o equilíbrio moral da sociedade brasileira, que naquele momento estava marcado por grandes mudanças e por uma séria crise de valores.

Todavia, os pioneiros consideravam que para garantir a livre participação de todas as crianças brasileiras nas escolas públicas, estas não poderiam impor seitas e crenças e cabia às famílias escolher seus credos livremente. Na verdade, eles estavam pensando no acolhimento, pela escola pública, da grande quantidade de crianças cuja origem afro-brasileira as levava a comungar religiões diferentes do catolicismo, que tendia a ser considerada como religião oficial nas escolas.

Os anos que sucederam foram marcados por acontecimentos relevantes para a educação no país. O primeiro que destacamos é em 1930, com a criação do Ministério da Educação e Saúde, que tinha como objetivo orientar e coordenar,

como órgão centralizador, as reformas educacionais que seriam incluídas na constituição de 1934, intitulada de Francisco Campos.

Pinto (1986, p. 63) destaca que:

A reforma de Francisco Campos teve como elementos mais importantes a integração entre a escola primária e a secundária e superior, além da elaboração de um estatuto da universidade brasileira. Só então foram fundadas de fato as primeiras universidades brasileiras, fundindo-se para isso instituições isoladas de ensino superior. Foi introduzido o ensino primário gratuito e obrigatório e o ensino religioso facultativo.

A Constituição do Estado Novo de 1937 absorveu trechos desta legislação e acrescentou o ensino profissionalizante, tornando-se também obrigatória para as indústrias e sindicatos a implantação de escolas específica para os filhos de seus operários e associados.

Destacamos a criação em 1942 do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) com o objetivo de preparar mão de obra para a indústria e também da Reforma Capanema, relativa ao ensino secundário. Em 1946, o Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (SENAC) foi criado com a finalidade de formar os contingentes do comércio.

Em 1945, ocorreu no Brasil o processo de redemocratização com a deposição de Vargas e a promulgação da Constituição de 1946. Esta trouxe o reinício dos debates em torno de uma política educacional, centrados na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). No entanto, a LDB só foi sancionada 15 anos depois, após longas discussões.

A LDB estabeleceu que o ensino no Brasil pudesse ser ministrado tanto pelo poder público, quanto pelo setor privado em todos os níveis, extinguindo-se a obrigatoriedade do ensino gratuito a nível primário. A LDB também previa o investimento ou o financiamento do Estado a iniciativa privadas através de incentivos a bolsa de estudos, projetos de subvenções e empréstimos. Mesmo diante de tantos engodos, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação foi fundamental e pode ser considerada a medida mais importante tomada pelo Estado com relação à política educacional dessa época. É a LDB, que a partir de novas reformulações e definições, que continua direcionando a educação brasileira na atual conjuntura, conforme passaremos a discutir no próximo ponto.

## 2.2 A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Nas últimas décadas do século XX, a educação brasileira vivenciou grandes transformações resultantes das mudanças ocorridas na sociedade contemporânea. Merece ser destacado que a educação, a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, passou a ser considerado instrumento fundamental para o desenvolvimento pessoal, social, econômico e cultural, tendo como objetivo preparar os indivíduos para o mundo do trabalho.

Outra forte influência na educação nos anos 80 foi caracterizada pelo protagonismo dos intelectuais progressistas marxistas que militavam no Brasil e no exterior durante a fase desenvolvimentista que apresentava prioridade no compromisso com a formação para cidadania, com a defesa dos direitos humanos e com a democracia e a participação popular. No campo da educação, o nome mais evidente foi o de Paulo Freire, que começou a desenvolver na década de 60 a mais original e influente obra pedagógica (Pedagogia do oprimido) produzida no século XX e que se tornou referência obrigatória para os estudiosos da educação.

O modelo de Educação proposto por Paulo Freire (1981) se diferencia do tradicional, conservador, abominando a dependência dominadora, inclusive a relação de dominação do educador sobre o educando. Nesse modelo, libertador pressupõe uma relação de troca entre educador e educando o que representa uma mudança da realidade conhecida. A educação emancipadora possibilita a educadores e educando se tornarem sujeitos desse processo de transformação.

Essa nova perspectiva para educação tem inspiração e referências nesse contexto histórico de redemocratização do país. Com o crescimento da mobilização, da sociedade civil, aliada à conjuntura de crise econômica, cujo regime militar começa a perder espaço e passa a avançar as conquistas sociais como: anistia, em 1979, em que o regime anuncia o perdão aos exilados pela ditadura militar de 1964 e, conseqüentemente, ocorre o retorno destes ao país; eleições diretas para governadores e prefeitos das Capitais, em 1982, Assembleia Geral Constituinte, em 1986, eleição para Presidente da República, em 1989, pondo fim ao regime militar e iniciando o processo de reconstrução democrática no país.

Portanto, na educação, esse momento de construção democrática vem acompanhado da organização e consolidação de entidades científicas e associações de educadores. Neste momento ocorreu a manifestação e mobilização da sociedade civil em torno da nova LDB, na defesa da escola pública e na luta pela profissionalização dos educadores e pela valorização do magistério.

Assim, a Constituição de 1988 refletiu o contexto histórico do país, cuja bandeira primava, em primeiro lugar, pelo pleno desenvolvimento da pessoa, em segundo lugar, pelo seu preparo para o exercício da cidadania, e, em terceiro lugar, pela qualificação para o trabalho. Dentre um de seus parágrafos, a Constituição estabelece a igualdade de condições aos estudantes para o acesso e permanência na escola; a garantia do padrão de qualidade; bem como o oferecimento do ensino fundamental e médio gratuito e obrigatório a toda população.

Nos anos 90, diante da política de ajuste neoliberal, o governo federal se apresenta como parceiro dos capitalistas implementando medidas de alteração da Constituição Federal de 1988, por meio de emendas, leis infraconstitucionais e medidas provisórias.

O neoliberalismo no Brasil é executado de fato na década de 90, causando o acirramento na política econômica que passa a ser fundamentada na lógica do mercado, sendo direcionada por organismos internacionais que sinalizam a redução da alta taxa de analfabetismo que ocupava índices alarmantes.

Seguindo a trajetória neoliberal, na década de 90, o Brasil cria estratégias com a intenção de dar enfrentamento aos problemas da educação<sup>1</sup>, determinando ações que viessem a satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem, a universalização de acesso à educação, a promoção de equidade, que culminou em mudanças no modelo de gestão da educação.

Portanto, ao se submeter aos acordos com as agências internacionais, a exemplo do Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, foi exigido do governo um plano interno, que instituísse regras de procedimentos jurídicos e normativos que reconfigurassem a ordem econômica e social do país.

Neste período, no que diz respeito à política de educação, foi aprovada a Lei de n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação

---

<sup>1</sup> Estamos vivendo uma conjuntura na qual prevalece a redução do Estado através dos processos de privatização, desregulamentação, diminuição da carga tributária e a ampliação da lei do mercado mesmo naquelas áreas tradicionalmente reconhecida de esfera pública como a educação.

Nacional, delineando novos rumos no cenário educacional brasileiro. O dia 20 de dezembro de 1996 marcou o início dos novos caminhos a serem trilhados pelo sistema educacional brasileiro.

Segundo a LDB, a educação se desenvolve a partir de quatro conceitos estruturantes: prática social, mundo do trabalho, movimentos sociais e manifestações culturais. Tendo como princípios: Igualdade acesso/permanência; liberdade; pluralismo de ideias; tolerância; coexistência público/privado; gratuidade do ensino público; valorização do profissional; gestão democrática; padrão de qualidade e valorização extraescolar.

De acordo com a referida lei, a educação deverá ser norteada por princípios básicos conforme os termos do Art. 2º (BRASIL, 1996, p. 34).

A educação, dever da família e do estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Compreender a educação como dever da família e do Estado é aceitar a tentativa de ausentar o Estado de suas atribuições, e assim, repassar para a sociedade civil grande parte de suas responsabilidades, mas, ao mesmo tempo, busca de certa forma, chamar a família para o “cumprimento” de uma das condições básicas e imprescindível para o desenvolvimento do ser humano. A educação deve ser entendida como um processo que se inicia na família e estende-se a todos os setores, cabendo, sobretudo, ao Estado garantir os meios para sua efetivação.

Com a aprovação e a regulamentação da LDB de 1996 estas trouxeram alterações significativas para o ensino brasileiro, pois ampliou a educação, ajustando-a as necessidades sociais, ou seja, ao desenvolvimento de habilidades e competências para a inserção do cidadão no mercado de trabalho, trazendo avanços nesta área e promovendo a inclusão das crianças e adolescentes que estavam excluídas do acesso ao ensino público. Essa inclusão ocorrerá através da obrigatoriedade e garantia de ensino fundamental gratuito, inclusive para aqueles que não tiveram acesso na idade própria e as demais garantias como acessibilidade para todos: a progressiva extensão da obrigatoriedade para outros níveis de ensino, a qualidade desse ensino.

No entanto, nota-se que a LDB (BRASIL, 1996) não está dissociada do contexto econômico e político neoliberal emergentes na América Latina, especialmente no Brasil. Nesse sentido, torna-se, portanto, difícil de efetivá-la. Uma vez que o modelo neoliberal de atuação do Estado, implica no enxugamento de seus gastos sociais com profundo impacto na implementação das políticas sociais, que são executadas de forma pontual, seletiva e residual. Portanto, o simples acesso a escola é muito importante, no entanto não garante a superação da lógica do capital.

Neste novo cenário, surgem inúmeras transformações impulsionadas pelo modelo neoliberal implantado no Brasil, agravando ainda mais a questão social<sup>2</sup>. Diante desse conflituoso cenário os(as) assistentes sociais são convocados(as) a intervir, conforme discutiremos a seguir.

---

<sup>2</sup> De acordo com Iamamoto (2011), a questão social se configura como um conjunto de problemas sociais, políticos e econômicos, ocasionados pela origem do capitalismo. A referida autora, na mesma obra "Relações Sociais e Serviço Social no Brasil" comenta que como a base de fundamentação sócio-histórica do serviço social brasileiro, ou seja, é a partir do surgimento e intensificação da questão social que o serviço social emerge para dar um tratamento sistemático as expressões dessas questões sociais, por meio das políticas públicas.

### **3 SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO NUMA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR**

Este capítulo detalha os caminhos pelos quais o Serviço Social percorreu para se inserir no campo da educação. Evidenciamos, assim, as possibilidades e limites de atuação do profissional de Assistência Social neste espaço sócio-ocupacional, apontando as suas atribuições, o seu processo de legitimação e a sua participação em equipes multiprofissionais.

#### **3.1 A INSERÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO**

A profissão do Serviço Social devido a sua pluralidade de saberes abrange um vasto campo de atuação para o Assistente Social desenvolver seu trabalho, referenciado através de teorias e metodologias que lhes são específicas: antropologia, filosofia, sociologia, direito, ética, psicologia, economia, fundamentos teóricos e metodológicos e os instrumentais técnico-operativos, teórico-metodológicos, ético políticos, que estão entre os saberes formalizados. Essa integração de saberes contribui para o fazer e o agir do profissional de assistência social.

Não é desconhecido que o serviço social no Brasil tem sua origem e se desenvolveu nos marcos do pensamento conservador, apoiado pela doutrina social da Igreja Católica e do neotomismo. Esse enredo conservador é o que direciona as bases para a interpretação da sociedade; que vê o sistema capitalista de forma naturalizada, onde o trabalho do Assistente Social praticamente resume-se a ajustar o indivíduo na sociedade de forma que acatem sem muitos questionamentos as diversas manifestações da questão social. Nesse momento, o Serviço Social, por suas bases conservadoras, é incapaz tanto de compreender o caráter histórico da ordem estabelecida, quanto de criticá-la em suas bases e, dessa forma, faz uma análise a-histórica da estrutura da sociedade.

Durante décadas, a intervenção profissional em Serviço Social na educação teve por base preparar indivíduos para servir à lógica capitalista. Para isso, encontravam-se dentre as suas funções a identificação da situação socioeconômica

dos alunos e suas famílias, e os casos de desajuste social para que se pudesse orientar pais e mestres no tratamento adequado. Salienta-se que a escola, com esse caráter meramente legitimador da ordem do capital, conformou-se até a metade da década de 70 do século XX.

No decorrer da década de 90, até os dias atuais, a sociedade brasileira vem assistindo ao agravamento das questões sociais e à inserção das políticas neoliberais. Sendo assim, o profissional do Serviço Social passa a intervir em casos antes direcionados e trabalhados apenas por profissionais como o médico e o psicólogo: envolvimento com drogas, gravidez precoce, maus-tratos, depressões infantis. Porém, pontua-se que estas situações requerem um trabalho articulado entre profissionais de áreas de conhecimento específicas e não uma ação isolada para casos tão complexos.

O processo educacional não se encontra distante do contexto expresso anteriormente. O sistema de ensino também se constituiu em um espaço de materialização dos problemas sociais, refletindo o contexto da sociedade. Constatase o discurso de educação para todos, um avanço significativo quanto ao acesso a educação que já alcança quase 100%, em alguns casos pontuais percebe-se que ainda não há vagas o suficiente. No entanto, o abandono atualmente se refere à permanência, faltam condições para continuação do aluno na escola, seja pela locomoção, falta de material escolar e alimentação.

Entretanto, é importante considerar que a educação é estabelecida na Constituição Federal de 1988 como direito. É, portanto, dever do Estado efetivar este direito, a partir de políticas públicas implementadas. Este contexto exige um profissional qualificado, que reforce e amplie suas competências que façam críticas propositivas para que possa analisar, pesquisar e decifrar a realidade; um profissional antenado com as mudanças as quais atingem a sociedade.

Neste espaço de tempo, o Serviço Social brasileiro construiu um projeto profissional inovador e crítico com fundamentos históricos e teórico-metodológicos, de cunho progressista baseado na teoria marxista, apoiado em valores e nos princípios éticos humanistas como: reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas a ele inerentes; autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos; a defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; ampliação e consolidação da cidadania; defesa do aprofundamento da democracia com igualdade na socialização da participação política e da riqueza



social e tendo como pano de fundo a formação histórica do país. O que levou a sua materialização no conjunto das regulamentações profissionais: o Código de Ética do Assistente Social, em 1993, a Lei de Regulamentação da Profissão, em 1993, e as Diretrizes Curriculares, em 1996, norteadoras da formação acadêmica.

Deste modo a inserção do Serviço Social no campo da educação se apresenta de modo desafiador, no que se refere ao trabalho de construção de uma intervenção qualificada enquanto profissional da educação. Sua prática deverá ser referendada em um dos princípios fundamentais de seu Código de Ética Profissional (CFESS, 1997, p. 7) o “posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática”. Isto significa a necessidade de, enquanto categoria profissional, construir uma proposta coletiva, que possibilite o respeito às diferenças.

De acordo com Almeida (2003, p. 2), a prática do Serviço Social na escola significa:

[...] pensar sua inserção na área de educação não como uma especulação sobre a possibilidade de ampliação do mercado de trabalho, mas como uma reflexão de natureza política e profissional sobre a função social da profissão em relação às estratégias de luta pela conquista da cidadania através da defesa dos direitos sociais e das políticas sociais.

O Serviço Social, profissão situada no processo das relações sociais, marcada por constantes lutas em defesa da igualdade de direitos e condições de acesso a bens e serviços, além da intervenção direta nas diferentes expressões da questão social, tem nos espaços das instituições educacionais um terreno fértil, e ao mesmo tempo, contraditório para a atuação profissional. Pois, ao mesmo tempo em que esta profissão busca a viabilização de direitos de cidadania garantidos constitucionalmente, se vê sem possibilidades objetivas de assegurar tais direitos.

Assim, evidenciamos que apesar da escola vir abrindo espaços para a proposição de ações e projetos sociais que possam responder aos problemas sociais que perpassam seu cotidiano, as refrações da política neoliberal dificultam o atendimento real e ideal às demandas apresentadas em decorrência da fragmentação, seletividade e focalização que tal política prega no tocante a execução das políticas sociais públicas.

Behring e Boschetti (2006, p. 184) chamam a atenção para a subordinação das políticas sociais públicas à lógica capitalista do mercado, e faz uma observação interessante:

[...] as políticas sociais brasileiras, profundamente conectadas à política monetarista e de duro ajuste fiscal, enveredou pelos caminhos da privatização para os que podem pagar da focalização\seletividade e políticas pobres para os pobres, e da descentralização, vista como desconcentração e desresponsabilização do Estado, apesar das inovações de 1988.

Em face disso, podemos inferir que esse modelo de política social colocado em prática no contexto do capitalismo não se apresenta com capacidade efetiva de reverter ou fornecer respostas às situações de vulnerabilidade social, até porque as políticas públicas executadas na contemporaneidade vêm desempenhando na íntegra os princípios de seletividade, precarização e sucateamento da política neoliberal vigente.

Desta forma, Fávero (2009, p. 173) aponta os diversos desafios postos para o exercício do profissional fazendo as seguintes observações:

[...] Em espaços sócio-ocupacionais vinculados a instituição em que muitos de seus agentes primam pela “permanência”, pelo apego a ritos, normas fixas e burocracias, e em meio a uma conjuntura em que se percebem avanços conservadores em varias frentes, os quais, entre outros, buscam fortalecer ações pontuais e ineficazes para garantir direitos, arriscando importantes conquistas das lutas sociais.

Entretanto, é fundamental reforçar que a inserção do Serviço Social no campo da educação se apresenta de modo desafiador, tendo em vista o sucateamento em que esta política vem enfrentando. Nesse sentido, o assistente social precisa dar respostas às demandas apresentadas pela população usuária e, ao mesmo tempo, se veem sem condições objetivas de atender as demandas devido à avassaladora política neoliberal. Evidencia a necessidade de caminhar em direção da “ruptura” desse modelo tradicionalmente incorporados nas práticas institucionais conservadoras, dando um salto para construção de práticas sociais coletivas através de ações que devem trazer no seu interior as perspectivas e anseios da categoria que aspira uma sociedade mais justa e trás nas suas atribuições o enfrentamento dessas questões.

### 3.1.1 Atribuições do assistente social na área da educação

Historicamente foi atribuído ao Serviço Social na educação escolar, o papel de estabelecer e fortalecer as relações entre a escola e a família, integrar as crianças e adolescentes que tinham dificuldades de adaptação à vida escolar e desenvolver seu trabalho em parceria com outros profissionais que atuam no ambiente escolar.

Percebe-se que no decorrer dos anos, diversas experiências foram implementadas com o intuito de inserir o Serviço Social na escola, considerando-se o tempo histórico, a realidade, as mudanças sociais, políticas e econômicas que direcionavam e direcionam as reflexões e intervenções do Assistente Social na educação.

Salientamos que nos diversos espaços de atuação como: educação, assistência social, saúde, habitação, meio ambiente entre outros, os (as) profissionais do Serviço Social atuam na formulação, planejamento e execução de políticas públicas visando a garantia de defesa e ampliação dos direitos da população.

Nestes campos de atuação os(as) Assistentes Sociais realizam atividades como: assessoria e supervisão técnica, estudos socioeconômicos, incentiva a mobilização social dos segmentos de classes buscando o engajamento, empoderamento, fortalecimento, com objetivo de proporcionar o enfrentamento das expressões da questão social.

Nesse contexto, importante destacar a opinião de lamamoto (2009, p. 358):

Os assistentes sociais realizam assim uma ação de cunho socioeducativo na prestação de serviços sociais, viabilizando o acesso aos direitos e aos meios de exercê-los, contribuindo para que necessidades e interesses dos sujeitos sociais adquiram visibilidade na cena pública e possam ser reconhecido, estimulando a organização dos diferentes segmentos dos trabalhadores na defesa e ampliação dos seus direitos, especialmente os sociais.

Esse compromisso pela viabilização dos direitos dos usuários, primando pela qualidade dos serviços sociais, se extrai do projeto profissional e da legislação como podemos destacar na Lei n. 8.662, de 7 de junho de 1993, que regulamenta a

profissão (CFESS, 1997). Esta Lei estabelece nos artigos 4º e 5º as competências e atribuições privativas do assistente social. No decorrer dos anos, essas atribuições, que são exclusivas do Serviço Social, foram se adequando as especificidades dos espaços ocupacionais em que os assistentes sociais estão inseridos.

No campo da educação pública essas atribuições vêm conquistando legitimidade, conforme Parecer Jurídico 23/00 de 22 de outubro de 2000, emitido pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) sobre a Implantação do Serviço Social nas Escolas da rede pública de Ensino Fundamental e Médio (ALMEIDA, 2000). O parecer aponta para prática do Assistente Social fundamentada sob uma perspectiva crítica e participante, desenvolvendo, dentre outras, as seguintes funções:

- a) Pesquisa de natureza socioeconômica e familiar para caracterização da população escolar;
- b) Elaboração e execução de programas e orientação sócio-familiar visando prevenir a evasão escolar e melhorar o desempenho e rendimento do aluno e sua formação para o exercício da cidadania;
- c) Participação, em equipe multidisciplinar, da elaboração de programas que visem prevenir a violência; o uso de drogas e o alcoolismo, bem como que visem prestar esclarecimento e informações sobre doenças infectocontagiosas e demais questões de saúde pública;
- d) Articular com as instituições públicas, privadas, assistenciais e organizações comunitárias locais, com vistas ao encaminhamento de pais e alunos para atendimento de suas necessidades;
- e) Realização de visitas sociais com o objetivo de ampliar o conhecimento acerca da realidade sócio-familiar do aluno, de forma a possibilitar assisti-lo e encaminhá-lo adequadamente;
- f) Elaboração e desenvolvimento de programas específicos nas escolas onde existam classes especiais;
- g) Empreender e executar as demais atividades pertinentes ao Serviço Social, previstas pelos artigos 4º e 5º da Lei n. 8.662/1993 não especificada acima.

No município de Campina Grande, com a inserção da equipe técnica, as atribuições do profissional de Serviço Social foram adequadas às necessidades locais, através de um processo de discussão com a categoria e incorporada no Plano de Cargo Carreira e Remuneração (PCCR) do município em maio de 2008 (CAMPINA GRANDE, 2008). Dessa maneira, cabem ao Assistente Social na área da educação pública campinense as seguintes atribuições:

- a) Encaminhar providencia e prestar orientação social a indivíduos, grupos e comunidade escolar, contribuindo para a defesa, ampliação acesso aos direitos sociais;
- b) Participar da elaboração, execução e avaliação do Projeto Político Pedagógico e Plano Municipal de Educação;
- c) Elaborar, executar e avaliar projetos, programas e planos, de caráter sócio educativo que atendem as demandas da comunidade escolar e aos objetivos educacionais propostos pelo Projeto Político Pedagógico;
- d) Assessorar os grupos sociais organizados no âmbito da comunidade escolar na perspectiva de viabilizar o processo de mobilização, organização e controle social;
- e) Realizar estudos investigativos no sentido de conhecer a realidade social, visando à proposição de respostas às demandas identificadas. Conhecer e socializar as informações referentes aos recursos institucionais existentes na comunidade, buscando-se implementar ações intersetoriais que favoreçam o desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua compreensão sobre o mundo do trabalho;
- f) Contribuir para o desenvolvimento de ações que favorecem a formação permanente dos Conselheiros Escolares e de outros sujeitos sociais;
- g) Emitir parecer social e prestar informações técnicas sobre assunto de competência do Serviço Social;
- h) Acompanhar estágios de serviço Social, desde que tenha a aceitação do supervisor de campo e acompanhamento do supervisor acadêmico;
- i) Participar de eventos que contribuam para permanente atualização profissional;
- j) Sistematizar e divulgar experiências profissionais;

- k) Planejar, executar e avaliar eventos de cunho sócio educativo, em parceria com os demais profissionais da escola, buscando contribuir para a melhora do ensino e a democratização da escola pública.

Nas últimas décadas buscou-se uma concepção de escola pública que articule os conhecimentos do contexto escolar com a realidade social. A finalidade de transformar nossas crianças e adolescentes em cidadãos de direito e apostar em um futuro melhor, em que lhes sejam permitidos compreender de forma crítica o porquê de todas as coisas e, principalmente, entender a sua história de vida e construir uma nova realidade.

O desenvolvimento deste processo requer ações integradas entre escola e entidades organizadas existentes na comunidade, a qual está inserida; sejam elas de cunho governamental ou não. E cabe ao Serviço Social contribuir de forma positiva e significativa nesta articulação ou integração por se apresentar como uma profissão que tem como característica primordial a de articular as diferentes formas de organizações, apontando suas potencialidades e dificuldades, tendo como referência a caracterização ou diagnóstico da realidade social.

### 3.2 O SERVIÇO SOCIAL NA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR

Segundo Fazenda (1999), a interdisciplinaridade surgiu na França e na Itália em meados da década de 60 do século XX, num período marcado pela efervescência do movimento estudantil que, apresentavam diversas bandeiras de luta, dentre outras coisas, reivindicavam um ensino mais sintonizado com as grandes questões de ordem social, política e econômica da época.

A interdisciplinaridade tem sido exposta como uma resposta a tal reivindicação, na medida em que os grandes problemas da época não poderiam ser resolvidos por uma única disciplina ou área do saber.

Destacamos que nas últimas décadas tem sido recorrente a referência ao termo interdisciplinaridade, tanto no âmbito da produção de conhecimento quanto no da intervenção entre as diferentes áreas. No entanto, o termo vem sendo usado com diversas conotações diferentes, divergentes ou coincidentes.

Ressaltamos que estudos têm revelado que a interdisciplinaridade ainda é pouco conhecida. Com o objetivo de colaborar para o entendimento desse tema, que apresentaremos a seguir um breve resumo das principais concepções e controvérsias entorno dessa temática.

Porém, antes de enveredarmos na discussão sobre interdisciplinaridade propriamente dita, precisamos distingui-la de outros termos ou nomenclaturas como multi, pluri, inter, e transdisciplinaridade que têm gerado uma série de ambiguidades por expressarem ideias muito próximas entre si. No entanto, muitas vezes não evidenciam o seu conteúdo.

Percebemos que vários autores têm estabelecido classificações diferentes para expressar as modalidades de interdisciplinaridade. Dentre elas a apresentada a seguir é a mais comum e foi proposta originalmente por Eric Jantsch e no decorrer do tempo sofreu algumas adaptações de Japiassu (1976), um dos pioneiros da interdisciplinaridade no Brasil.

- a) Multidisciplinar/multidisciplinaridade - representa o primeiro nível da interação entre os conhecimentos disciplinares. Aproximação de disciplinas diversas, com a intenção de esclarecer os seus elementos comuns, mas desprovido de uma relação aparente entre elas. Ou seja, se apresenta ainda de forma fragmentada, na medida em que se explora a relação entre os conhecimentos disciplinares e não há nenhum tipo de cooperação entre as disciplinas;
- b) Pluridisciplinar/pluridisciplinaridade - nesta concepção ocorre a aproximação de disciplinas, mais ou menos vizinhas, nos domínios do conhecimento, visando a melhoria das relações entre elas. Neste modelo podemos observar a presença de algum tipo de interação entre os conhecimentos interdisciplinares, no entanto, não existindo ainda nenhum tipo de coordenação proveniente de um nível hierarquicamente superior;
- c) Interdisciplinar/interdisciplinaridade - representa o terceiro nível de interação entre as disciplinas. É a interação existente entre duas ou mais disciplinas, em contexto de estudo de âmbito mais coletivo, no qual cada uma das disciplinas em contato, por sua vez, modificadas e passa a depender claramente uma das outras. Resulta no enriquecimento recíproco, na transformação de suas metodologias de pesquisa e conceitos e introduz a noção de finalidade;

- d) Transdisciplinar/transdisciplinaridade - é o nível superior da interdisciplinaridade, em que desaparecem os limites entre as diversas disciplinas; a cooperação é tal que se fala no aparecimento de uma nova macro disciplina ou um novo ramo do conhecimento. Cita-se como exemplo, a elaboração do marco teórico como a teoria geral dos sistemas, o estruturalismo, a fenomenologia, o marxismo.

Diante dessa classificação por níveis, Japiassu (1976, p. 73) elucida,

Tanto o multi - quanto o pluridisciplinar realizam apenas um agrupamento, intencional ou não, de certos “módulos disciplinares”, sem relação entre as disciplinas (o primeiro) ou com algumas relações (o segundo): um visa à construção de um sistema disciplinar de apenas um nível e com diversos objetivos; o outro visa à construção de um sistema de um só nível e com objetivos distintos, mas dando margem a certa cooperação embora excluindo toda coordenação.

As necessidades demandadas no cotidiano escolar contribuíram para a implementação de uma proposta de trabalho em equipe. Na perspectiva de desenvolver estratégias que possibilitem encontrar caminhos criativos e construtivos para equacionar problemas complexos que exigem especificidades de cada profissional e áreas comuns sustentadas em práticas e saberes do domínio de todos.

Os modelos de equipe multiprofissional implantado nas escolas públicas seguem na sua grande maioria um mesmo padrão de composição de profissionais, que passam a ser formada por Assistente Social, Pedagogo, Professor e Psicólogo. Tendo como meta o enfrentamento das diversas demandas que surgem no processo educacional, sinalizando que é de fundamental importância a inserção da equipe multiprofissional com o objetivo de atuar nesses espaços desenvolvendo ações que visam melhorar a qualidade da educação e de vida das populações vulnerabilizadas.

Como forma de subsidiar a nossa discussão, consideramos indispensável trazermos uma breve discussão sobre as diferenças existentes entre multidisciplinar ou multidisciplinaridade e interdisciplinaridade.

Assim, multidisciplinaridade pode ser entendida como um agrupamento de profissionais em um mesmo ambiente, podendo estar ou não integrados. Já a interdisciplinaridade precede a existência de uma relação entre as disciplinas que



recombinam seus conhecimentos acerca de determinado objeto ou situação /conhecimento. Porque o conhecimento interdisciplinar estar relacionado diretamente às práticas profissionais com o objetivo de orientá-las na efetivação de atitudes e ações mais integradoras que possibilitem a superação da sobreposição de profissionais ou campos de saberes.

Compreendemos que o Serviço Social é uma profissão que se constrói historicamente sobre os princípios da interdisciplinaridade; daí a possibilidade do assistente social ser um profissional capaz de dialogar com as diversas tendências e disciplinas.

Entendemos que interdisciplinaridade é um termo recente que ainda carece ser mais explicitado. Já que vem sendo utilizado com diversas conotações e nem sempre com os mesmos objetivos. Deste modo, utilizamos a definição de Amaro (1997, p. 35) a qual concebe que:

A interdisciplinaridade aparece neste contexto como uma das possibilidades de instrumentalizar os profissionais a interagir em equipe de forma mais coerente e eficiente, conjugando esforços, ampliando o raio de análise e de ação, face a uma realidade sempre pronta a nos desafiar e a tornar nossa intervenção obsoleta.

A intervenção através da interdisciplinaridade pode representar uma alternativa na perspectiva propositiva de resistência a uma determinada organização fragmentada do trabalho nos diversos espaços ocupacionais em que se encontram inseridos os profissionais do Serviço Social.

#### **4 A PERCEÇÃO DA EQUIPE MULTIPROFISSIONAL E DOS PAIS OU RESPONSÁVEIS PELOS DISCENTES DA ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ VIRGÍNIO DE LIMA ACERCA DO PROCESSO DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL**

Neste capítulo caracterizamos o campo de estágio, fazendo um diagnóstico da realidade local da comunidade e da unidade escolar, a partir dos aspectos organizacionais, pedagógicos e da estrutura física da escola.

##### **4.1 CONHECENDO O NOSSO CAMPO DE ESTÁGIO**

A Rede Municipal de Ensino em Campina Grande/PB dispõe de 123 escolas, sendo 43 rurais e o restante na zona urbana, e tem 55 assistentes sociais concursados na educação, mas apenas 45 estão atuando em escolas, o restante ou está em desvio de função ou de licença. Essas escolas nas zonas urbana e rural são divididas em 39 núcleos, cuja Proposta Pedagógica refere-se à construção de novos cenários baseado em uma escola viva e inclusiva na perspectiva de sistema de ciclos. Diante deste quadro, encontra-se a Escola Municipal José Virgínio de Lima, localizada no bairro do Jeremias que faz divisa entre os bairros do Araxá, Monte Santo, Palmeira, Universitário, Cuités e Jardim Continental, na qual a discente da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) realizou estágio supervisionado.

A Escola Municipal José Virgínio de Lima, está situada para efeitos legais, na Rua Olegário Maciel - s/n no bairro do Monte Santo. Mas, na prática, a mesma tem sua porta de acesso na Rua Fernando Pereira s/n no bairro do Jeremias. Esta mudança ocorreu em virtude da Rua Olegário Maciel ser um corredor de ônibus bastante movimentado, ocorrendo no ano de 1999 um acidente automobilístico que resultou no atropelamento de um aluno. Fato este que motivou a comunidade escolar junto com os moradores da área, a realizar a mudança, passando a escola a funcionar na Rua Fernando Pereira, conforme mencionado anteriormente.

Dando prosseguimento à nossa explanação no que se refere a origem do bairro do Jeremias, o senhor Ivan Cabral, líder comunitário local relatou que a localidade foi fundada em 1953, através de lotes aforados pelo proprietário Jeremias

Sérgio de Almeida e família, que durante a crise do sisal com dificuldades na colheita do agave resolveu lotear sua propriedade dando surgimento a uma nova comunidade. Assim, a denominação do bairro Jeremias deu-se de forma involuntária a partir do momento em que os primeiros moradores eram indagados onde moravam e eles respondiam “lá nas terras de Jeremias”. Os avanços ocorreram a partir das reivindicações da comunidade em busca de energia elétrica, água potável, infraestrutura e educação.

Em 1983, na gestão do Prefeito Enivaldo Ribeiro e tendo como Secretário de Educação e Cultura, o professor José Tavares, foi concluída a obra da Escola Municipal José Virginio de Lima, que teve sua inauguração em 1984, na gestão do Prefeito José Ronaldo da Cunha Lima, tendo como Secretária de Educação e Cultura, a Professora Margarida Mota Rocha.

A Escola Municipal José Virginio de Lima recebeu este nome como forma de homenagear o morador da comunidade que era engajado no movimento comunitário lutando pela melhoria da qualidade de vida e da educação local.

No ano de 1987, após três anos de fundação, foi realizada a primeira reforma nas instalações da escola. No período de 2001 ocorreu outra reforma. Atualmente a escola passou por uma pequena reforma no muro para colocação de cerca elétrica, pintura em algumas salas e uma adaptação da sala de leitura para sala de recursos onde são atendidos alunos da Educação Especial, ou seja, pessoas com deficiência, e com diagnósticos de condutas típicas, crianças de alto risco e portadores de altas habilidades.

#### **4.1.1 A estrutura da escola**

A estrutura física da escola é composta por dois blocos, no primeiro localizam-se quatro salas de aula, uma sala grande que é subdividida em uma sala de recursos que atendem crianças com deficiências, uma secretaria onde funciona todo serviço burocrático da escola, além de ser um espaço para o desenvolvimento das atividades da equipe multiprofissional, também servindo como sala dos professores, nesta sala funciona também despensa e um banheiro para os funcionários.

No segundo bloco existe uma área coberta reservada ao recreio, a qual abriga de um lado sanitários coletivos, femininos e masculinos e para crianças com deficiência, do outro lado uma cozinha/cantina. Também há um terreno na entrada da escola que contém uma quadra de areia a qual é utilizada para a recreação das crianças e adolescentes. Constata-se um grande terreno com poucas árvores, resto de material de construção e nenhum brinquedo para os alunos desenvolverem suas atividades recreativas.

A escola funciona nos turnos manhã e tarde, contando com dezessete funcionários, entre professores, técnicos e agentes de serviços gerais, que norteiam seu trabalho a partir de determinações e orientações da Secretaria Municipal de Educação.

Em fevereiro de 2009, a equipe multiprofissional, elaborou uma proposta de Projeto Político Pedagógico, tendo como referências os modelos sócio-construtivista e o método fônico com o objetivo de repensar e criar práticas pedagógicas coletivas e de corresponsabilidade de todos os membros da comunidade escolar.

O Projeto Político Pedagógico coloca em prática um comprometimento maior com o processo educativo. Exigindo uma postura de mais responsabilidade, favorecendo a conquista coletiva de um espaço para o exercício da autonomia, estabelecendo uma identidade própria da escola, promovendo a superação dos problemas da comunidade local.

#### **4.1.2 O serviço social na instituição**

Com relação à inserção do Serviço Social na instituição, segundo relato da atual diretora da escola Sr<sup>a</sup>. Rosemery B. da Silva, tal profissão passou a integrar o corpo de profissionais da instituição por volta do final da década de 80, o que revela que a instituição foi uma das primeiras no município a incorporar o profissional do Serviço Social. Pois, segundo informações da Secretaria de Educação do município ocorreu o primeiro concurso no ano de 1986 no qual foram aprovadas 25 assistentes sociais que foram as pioneiras na inserção do profissional nas escolas municipais.

A Assistente Social que se encontra na instituição (supervisora de campo) iniciou suas atividades na instituição em 2007, após ter sido aprovada em concurso

público realizado pela Prefeitura Municipal de Campina Grande, com carga horária semanal de 25 horas.

Segundo a profissional que atua na instituição, o Serviço Social tem por objetivo a implementação de uma proposta de plano de ação elaborado pela equipe multiprofissional da escola, que contempla atividades a serem realizadas por cada profissional dentro das suas atribuições, o qual poderá sofrer alteração no ano seguinte. Consta ainda como norte das ações do Serviço Social o Projeto Político Pedagógico que impulsionou a realização de dois projetos desempenhados na escola, quais sejam: *brincando aprendemos a conviver e corrente da informação*.

No que se refere às principais demandas institucionais lançadas para o desenvolvimento da prática da assistente social, pode-se relacionar aos possíveis motivos do déficit de aprendizagem; as dificuldades dos(as) alunos(as) em respeitarem as regras, evasão das salas de aula; violência escolar e problemas de comportamento.

Para dar enfrentamento a essas demandas a profissional de serviço social da escola faz uso de diversos instrumentos, como: visita domiciliar; ficha de atendimento familiar/individual, ficha de encaminhamento e questionário para coletar dados socioeconômicos dos familiares dos usuários do serviço, objetivando traçar o perfil destes e criar estratégias para enfrentar/responder as demandas postas. Tal profissional também realiza oficinas temáticas com o objetivo de orientar alunos(as), professores(as), funcionários(as) e pais sobre as diversas questões. Também ministra e promove palestras, utilizando-se de dinâmicas, filmes, músicas, organização de eventos comemorativos, atividades de integração em campo.

No contexto da educação tem-se como principal atribuição dos(as) profissionais de Serviço Social inserido(as) nesta área a possibilidade de atuar na dimensão sócio-educacional, formulando e implementando propostas para o enfrentamento dos problemas identificados no cotidiano das instituições. Sendo assim, para que os(as) assistentes sociais possam desenvolver suas atividades estes necessitam observar as limitações e possibilidades apresentadas no interior do serviço público e a partir daí, construir estratégias mediadoras de intervenção, mesmo diante de tantas dificuldades e barreiras.

Neste sentido, na opinião de lamamoto (2009, p. 348) verifica a existência de:

uma tensão entre o projeto profissional, que afirma o assistente social como um ser prático-social dotado de liberdade e teologia, capaz de realizar projeções e buscar implementá-las na vida social; e a condição de trabalhador assalariado, cujas ações são submetidas ao poder dos empregadores e determinadas por condições externas aos indivíduos singulares os quais são socialmente forçados a subordina-se, ainda que coletivamente possam rebelar-se.

No que diz respeito à prática da assistente social da instituição ora enfatizada, identificamos como principais dificuldades para o desenvolvimento das atividades propostas pelo Serviço Social pra instituição: a precária estrutura física que não permite um atendimento de qualidade; a ausência de momentos de integração com os outros profissionais causada pelo horário de trabalho diferenciado por turnos, tendo em vista que a equipe faz parte de um núcleo e o profissional atua em diversas instituições o que não permite compreender a escola como um todo; ausência de uma política de financiamento ou destinação de recursos financeiros para o desenvolvimento das atividades.

Vale salientar que a precarização identificada na escola campo de estágio não se configura como um processo isolado, mas faz parte de todo um complexo de desestrutura originado em decorrência da Política Neoliberal, a qual prega primordialmente o afastamento do Estado com relação às suas responsabilidades como forma de incentivar a iniciativa privada.

Diante disso, torna-se difícil a viabilização e garantia plena das políticas públicas, no caso específico da política de educação, campo de estágio, a qual cada vez mais se afasta da qualidade pregada e necessária para a preparação de cidadãos conscientes, críticos e competentes tanto para o mercado de trabalho, quanto para a vida, pois como afirma Gramsci (1958 apud MOCHOCOVITCH, 1992, p. 59):

Devemos conceber uma escola em que seja dada á criança a possibilidade de forma-se, de tornar-se um homem, de adquirir os critérios gerais que sirvam ao desenvolvimento do caráter [...]. Uma escola que não hipoteque o futuro da criança e constranja a sua vontade, sua inteligência, sua consciência em formação a mover-se dentro de uma bitola [...]. Uma escola de liberdade e de livre iniciativa e não uma escola de escravidão e mecanicidade.

A escola deve ir muito além da edificação de um prédio ou de um espaço onde se deixa as crianças, ela tem que ultrapassar a garantia dos níveis básicos de ensino, possibilitando a formação de um cidadão crítico, e para que tais prerrogativas sejam garantidas a política de educação a nível macro-social necessita de maior atenção e investimentos.

## 4.2 O PROCESSO DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ VIRGÍNIO DE LIMA

A seguir, apresentaremos a análise dos dados da pesquisa a partir do que colocaram os sujeitos envolvidos na pesquisa. Para tanto, definimos quatro eixos temáticos (definidos a partir dos objetivos da pesquisa) que facilitaram a nossa análise, quais sejam: o perfil dos sujeitos da pesquisa, a concepção acerca do trabalho do Assistente Social, o papel do Serviço Social na perspectiva da interdisciplinaridade e as demandas e respostas profissionais (permanência na escola).

### 4.2.1 Perfil dos sujeitos da pesquisa

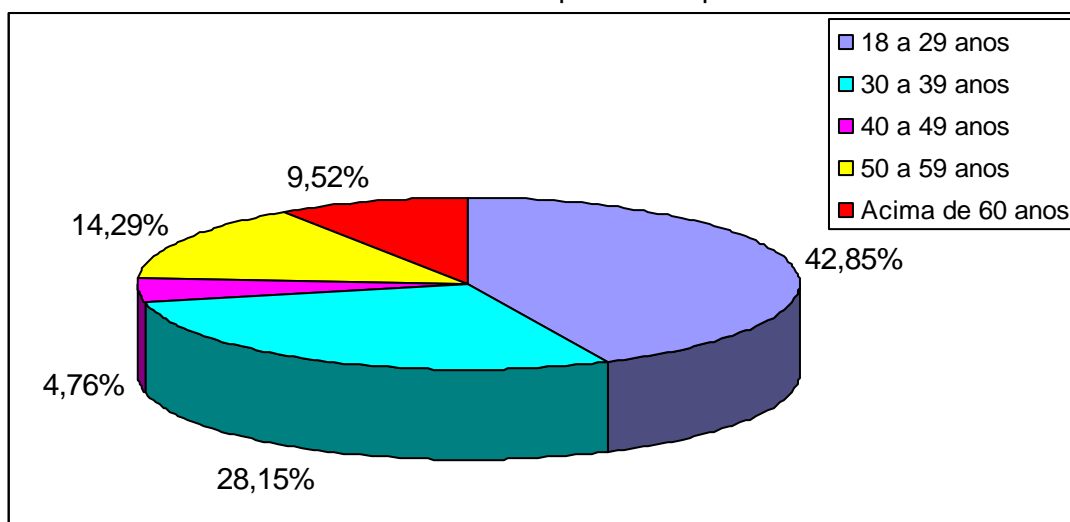
Os dados a seguir se referem ao perfil dos sujeitos da pesquisa, que se apresentam divididos: o perfil socioeconômico dos pais ou responsáveis pelos discentes e a caracterização da equipe multiprofissional. Ambos nos possibilitam conhecer a realidade social da escola, bem como, apreender a percepção que os profissionais da escola têm acerca do processo de trabalho do assistente social.

Foram distribuídas cópias impressas do termo de consentimento para utilização dos dados coletados com fins específicos de pesquisa social, em seguida a pesquisadora conversava informalmente sobre os objetivos da pesquisa e realizava a aplicação do formulário para preenchimento detalhado das perguntas que faziam parte do roteiro para esse grupo de entrevistado, as primeiras questões objetivavam traçar o perfil socioeconômico das famílias. O mesmo procedimento foi realizado com os membros da equipe multiprofissional e no roteiro de entrevista as

primeiras indagações buscavam caracterizar a equipe e na segunda parte dos questionários tratava especificamente da compreensão destes sobre a prática do Serviço Social na instituição escolar.

A primeira constatação da pesquisa sobre os participantes pais ou responsáveis foi à presença majoritária das mulheres. Dos sujeitos entrevistados 95,24% foram do sexo feminino e 4,76% do sexo masculino. Estes números evidenciam que as mulheres são as principais responsáveis pela educação dos filhos. No que se refere à faixa etária a maioria está entre os 18 a 29 anos como se observa no Gráfico 01:

Gráfico 01 - Idade dos pais ou responsáveis

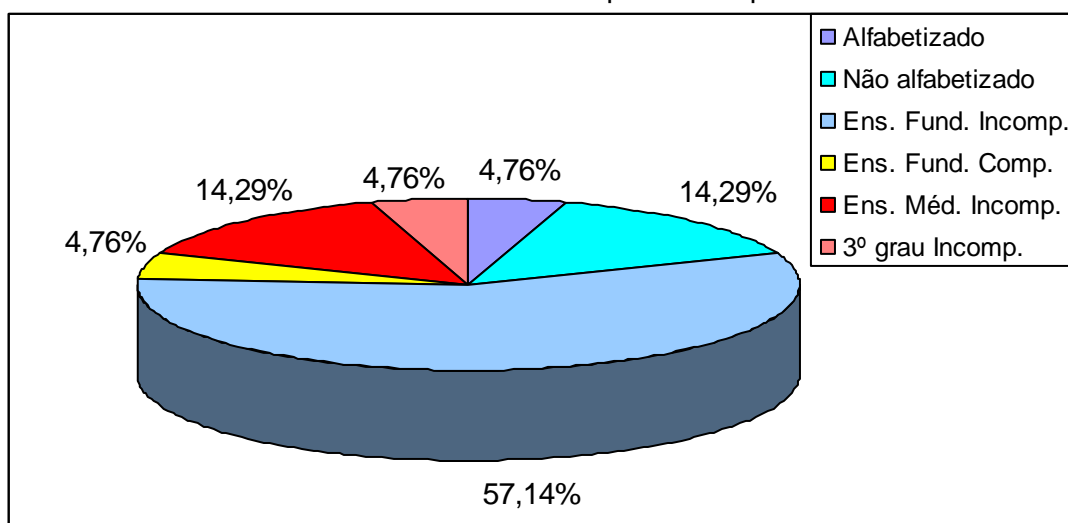


Fonte: Dados da pesquisa de campo (2011)

Quanto à escolaridade dos pais ou responsáveis percebe-se que no universo pesquisado, 57,14% predomina o ensino fundamental incompleto; 14,29% não alfabetizados; 14,29% ensino médio incompleto; 4,76% alfabetizados pessoas que declararam só saber assinar o nome e 4,76% terceiro grau incompleto. Estes dados revelam que 95,24% dos pais ou responsáveis pelos alunos da escola não possuem o ensino médio completo como pode ser observado no Gráfico 02. Essa constatação contribuirá mais adiante quando estivermos discutindo sobre as dificuldades das crianças e adolescentes no ambiente escolar.



Gráfico 02 - Escolaridade dos pais ou responsáveis



Fonte: Dados da pesquisa de campo (2011)

Quanto à situação socioeconômica das famílias, buscamos agregar pelas ocupações funcionais no mercado de trabalho; 76,19% disseram estar desempregados, 4,76% ser aposentados, 14,29% trabalham por conta própria e 4,76 estão empregados formalmente. O que nos permite observar que a minoria possui renda fixa para manter sua família trabalhando formalmente com direitos assegurados. Quando indagados quanto à composição da renda familiar, 66,67% afirmaram que a renda familiar era menor que um salário mínimo, 33,33% de 01 a 03 salários mínimos.

A questão socioeconômica é um dos fatores principais que afetam de maneira geral os membros da família, uma vez que a renda familiar não é suficiente para atender a todas as necessidades básicas do homem, podendo interferir em sua dinâmica familiar, por meio de conflitos, separações, busca de alternativas de sobrevivência que prejudicam a condição humana (tráfico, roubo, prostituição entre outros).

Também procuramos perceber se as famílias eram beneficiadas por algum programa social do governo federal. A pesquisa mostrou que 85,71% das famílias possuem benefício social e 14,29% falaram não receber nenhum benefício e destas famílias que recebem os benefícios, todas são contempladas com o programa Bolsa Família e duas destas declararam também receberem o Benefício de Prestação Continuada (BPC). É fato que a partir da Constituição Federal de 1988, surge no cenário brasileiro uma nova configuração social, sobretudo, das políticas públicas,

as quais vêm garantindo, de forma efetiva, direitos antes concedidos através do clientelismo que remetia a população usuária à situação de dependência.

Nesse sentido, a assistência social passa a ser regulamentada, em 1993, pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). De acordo com esta lei, a assistência vem a ser, uma política de seguridade social não contributiva que provê os mínimos sociais objetivando o atendimento das necessidades básicas da população; regida pelo princípio da supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências da rentabilidade econômica. Perante essa realidade é possível visualizar que a maioria das famílias dos estudantes da Escola Municipal José Virgínio de Lima não possuem autonomia financeira para manutenção de suas necessidades básicas, dependendo da política de Assistência Social para complementar a renda familiar.

Depois de traçarmos o perfil socioeconômico dos pais ou responsáveis, se faz necessário conhecer a equipe multiprofissional existente na escola pública composta por Assistente Social, Pedagogo, Professores e Psicólogo. Vale ressaltar que a prefeitura de Campina Grande, adota um sistema de nucleação das escolas e creches, ou seja, são estas agrupadas por proximidade geográfica. Os profissionais da equipe multiprofissional, exceto o gestor da escola, são destinados para trabalhar nos núcleos e não nas unidades de ensino especificamente.

Outro fator de agravo é a não existência de uma equipe por escola, ou seja, há um déficit considerável de profissionais, inclusive, de assistentes sociais<sup>3</sup>. No caso da escola em foco a equipe está desfalcada do psicólogo e os membros só atuam em um período, o outro trabalha em duas outras unidades, fato este, que impede a concepção da escola com um todo e pode gerar um processo de descontinuidade das ações desenvolvidas.

Apesar das dificuldades apresentadas, é imprescindível a presença da equipe multiprofissional que tem como meta o enfrentamento das diversas demandas que surgem no processo educacional, sinalizando que é de fundamental importância a inserção destes profissionais com o objetivo de atuar nesses espaços desenvolvendo ações que visam melhorar a qualidade da educação e de vida das populações vulnerabilizadas.

---

<sup>3</sup> De acordo com informações da articulação dos assistentes sociais da Secretaria Municipal de Educação de Campina Grande, existe um grupo de 45 assistentes sociais atuando nas 123 escolas municipais.

Ressalta-se que a presença do pesquisador no ambiente escolar acompanhando as atividades escolares no ano letivo de 2010 contribuiu para uma maior proximidade com os sujeitos pesquisados.

No intuito de caracterizar a equipe multiprofissional utilizamos uma sequência nas quais atribuímos números para que fosse possível a preservação de suas identidades, conforme acordo entre pesquisadora e informantes. Dando continuidade apresentamos através do Quadro 01 a caracterização dos sujeitos que compõem a equipe multiprofissional.

Quadro 01 – Caracterização dos membros da equipe multiprofissional entrevistado

Ordem de seq.	Ano de formação	Tem especialização	Área da especialização	Tempo de trab. na instituição	Tempo que exerce a profissão	Trab. em outra instituição.
P01	1983	Sim	violência doméstica contra crianças e adolescentes	04 anos	n/r	Sim
P02	1987	Sim	orientação	06 anos	12 anos	Não
P03	1999	Não		06 meses	13 anos	Sim
P04	2008	Não		24 anos	24 anos	Sim
P05	1985	Não		06 meses	20 anos	Não
P06	1996	Não		19 anos	17 anos	Não
P07	2007	Sim	psicopedagogia	03 anos	12 anos	não

Fonte: Dados da pesquisa de campo (2011)

Através do Quadro 01, observamos que a maioria dos profissionais concluiu seus cursos nas décadas de 80 a 90 e do número total de participantes só 42,86% investiram em uma especialização. Outro dado da caracterização bastante relevante é o de todos os que responderam os questionários afirmam exercem a profissão a mais de dez anos e ao serem indagados sobre se trabalhava em outras instituições 42,86% responderam que sim e 57,14% responderam que não, no entanto afirmaram fazerem dobras no próprio núcleo onde são lotados. O que nos leva a compreender que os profissionais da educação precisam trabalhar mais horas nos diversos turnos para melhorar sua remuneração e abdicam de investimentos na sua qualificação.

#### 4.2.2 Concepção acerca do trabalho do assistente social

Os dados da pesquisa são reveladores de que os profissionais entrevistados, ao serem indagados sobre o conhecimento do papel do Serviço Social na escola, todos afirmaram ter conhecimento. Dos entrevistados, cerca de 100%, afirmaram que é importante o trabalho do Serviço Social na instituição e que este profissional traz dados sobre o contexto do aluno e orienta nas soluções, conforme expressam as falas a seguir:

*Com o auxílio do assistente social o professor pode compreender a realidade das crianças da comunidade e encaminhar os casos especiais (P01).*

*O assistente social faz um trabalho não só na escola, mas também com a família dos alunos (P02).*

*Acredito que no contexto atual a escola precisa de uma relação estreita com as famílias e o Assistente Social é o profissional preparado para lidar com a clientela da escola. Na realidade atual brasileira há muitas ações governamentais voltadas para as classes populares, contudo os desafios são enormes (P05).*

As falas acima revelam uma concepção positiva da equipe acerca do trabalho do assistente social na educação. Essa concepção se revela na afirmação de que tal profissional contribui no auxílio da coleta de dados sobre a realidade do alunado, possibilitando à solução dos problemas. Nesse universo evidencia-se que estes profissionais percebem de certo modo a contribuição que o Serviço Social dá na instituição, mas atribuem um caráter messiânico a prática profissional, concebendo a ideia de que o assistente social é capaz de solucionar todos os problemas.

Visão esta que não difere muito da dos pais ou responsáveis pelos discentes, que também afirmam ser importante a presença do profissional de Serviço Social na unidade escolar. No entanto, quando indagados se conhece o profissional de Assistência social da escola 66,67% responderam não conhecer tal profissional, enquanto que 33,33% afirmaram conhecer o profissional. Outro dado que vai reforçar esta concepção é quando perguntados se foram atendidos pelo profissional

da assistência social 85,71% responderam que não e apenas 14,29% afirmaram que sim, complementando que para resolver algum problema referente a seus filhos.

Nesse sentido, percebemos que, apesar de muitos avanços na profissão, ainda, persiste a ideia de que o trabalho do Assistente Social está associado ao ajustamento do indivíduo à sociedade. E esta visão já fora questionada e superada há tempos no âmbito das discussões teóricas e nos documentos do Serviço Social.

Ao que parece, os profissionais entrevistados não percebem a atuação do assistente social direcionada às múltiplas manifestações da questão social, pois, falam da contribuição do profissional, mais não de forma associada ao trabalho da equipe. Essa concepção distancia-se muito da ideal de uma equipe multiprofissional desenvolvendo um trabalho interdisciplinar, que para Japiassu (1976, p. 74), “a interdisciplinaridade caracteriza-se pela intensidade das trocas entre os especialistas e pelo grau de interação real das disciplinas”. O que reafirma a necessidade de toda a equipe compreender que o trabalho é coletivo que se configura na relação recíproca entre as intervenções técnicas e a interação entre os diversos profissionais. O pensar e conceber essa nova forma de intervir no espaço educacional irá refletir de maneira significativa na percepção dos usuários com relação à inserção de outros profissionais que estão sendo convocados a atuarem neste espaço.

#### **4.2.3 Papel do serviço social na perspectiva de interdisciplinaridade**

Percebe-se que o Assistente social é um profissional que intervém na realidade social orientado pelos princípios da cidadania e da participação. O que é determinante para entendermos o seu papel no ambiente escolar. Nessa perspectiva procuramos investigar como os sujeitos percebem o papel do Serviço Social na perspectiva da interdisciplinaridade no âmbito escolar. Assim, indagamos aos membros da equipe sobre o papel deste na unidade escolar e estes afirmaram que:

*Acho que o papel do profissional do Serviço Social na escola é muito importante, pois cabe a ele articular escola e família, facilitar o acesso dos alunos e respectivas famílias às políticas públicas, particular de todas as ações da escola que favoreçam o êxito escolar dos alunos e o processo pedagógico como um todo (P01).*

*É de fundamental importância porque apoia e articula o trabalho junto ao professor e a família (P02).*

Quanto ao papel do profissional do Serviço Social no cotidiano escolar, este pode ser percebido através de suas intervenções na realidade em que atua e, [...] "sobretudo, a importância e o êxito do serviço social escolar está na possibilidade em gerar meios para a efetivação de um trabalho em conjunto, situando-se na abordagem das relações sociais" (BACKHAUS, 1992, p. 30).

Nesse sentido, os membros da equipe multiprofissional entrevistados demonstraram através de suas falas, perceberem essa importância, fundamentalmente naquelas ações desenvolvida pelo Assistente Social na perspectiva de aproximação entre família e a escola, e, também na facilitação do acesso dos discentes e seus familiares às políticas públicas. Dessa forma, apontam o profissional como um facilitador no encaminhamento dos usuários do serviço, nas questões dos direitos e da cidadania.

*É de grande importância, pois a mesma dá o apoio necessário para o andamento de um bom funcionamento educacional (P03).*

*Conhecer o contexto do aluno junto as famílias, diante de situação que vão além das condições do professor, como transtorno de comportamento ou necessidades especiais, auxiliar nos encaminhamentos (P05).*

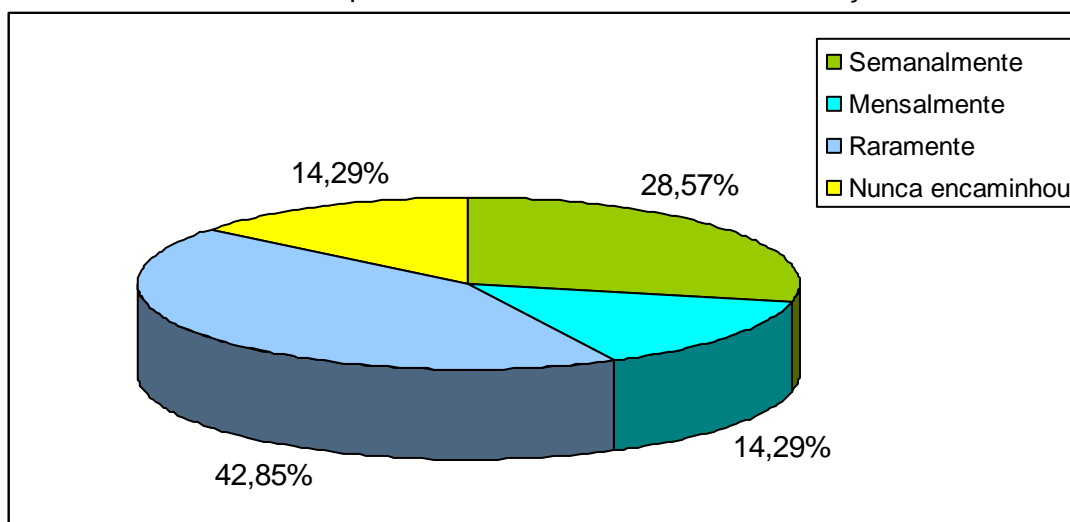
Nas falas acima os membros da equipe multiprofissional apresentam outros elementos referentes ao trabalho do Assistente Social no campo da educação como, por exemplo: funcionamento da educação e os encaminhamentos. Estes elementos dizem respeito a prática do profissional do Serviço Social, ao assumir a função de elaborar, coordenar e executar programas de enfrentamento a pobreza, contribuindo para melhorar a auto-estima, e favorecer o acesso aos bens, serviço e geração de renda aos segmentos vulnerabilizados.

Dispondo de um arcabouço teórico-metodológico e fazendo uso dos instrumentais técnico-operativos, o profissional do Serviço Social que atua no espaço da educação escolar pública no município de Campina Grande utiliza-se dos seguintes instrumentos: diário de campo, ficha de atendimento individual/familiar, questionários socioeconômico das famílias, reunião, oficinas socioeducativas, observação, entrevistas, fichas de cadastro, encaminhamentos, registros, acompanhamento social, relatórios e visitas domiciliares.

Apesar do número elevado de instrumentais acionados na construção das respostas profissionais percebemos ausência de intersectorialidade pressupõe ser este, o motivo pelo qual haja uma fragilidade nesse processo, logo a dificuldade de encaminhamento das demandas profissionais ocorre pela inexistência de uma rede de serviços organizada para referenciar esses encaminhamentos.

Tomando como referência as indagações que apontam para a importância do Serviço Social na instituição, nos possibilita questionar acerca da frequência com que os profissionais encaminham os(as) alunos(as) ao assistente social. As respostas assinalam que não há uma rotina de encaminhamentos conforme Gráfico 03 descrito a seguir.

Gráfico 03 – Frequência de encaminhamentos ao Serviço Social



Fonte: Dados da pesquisa de campo (2011)

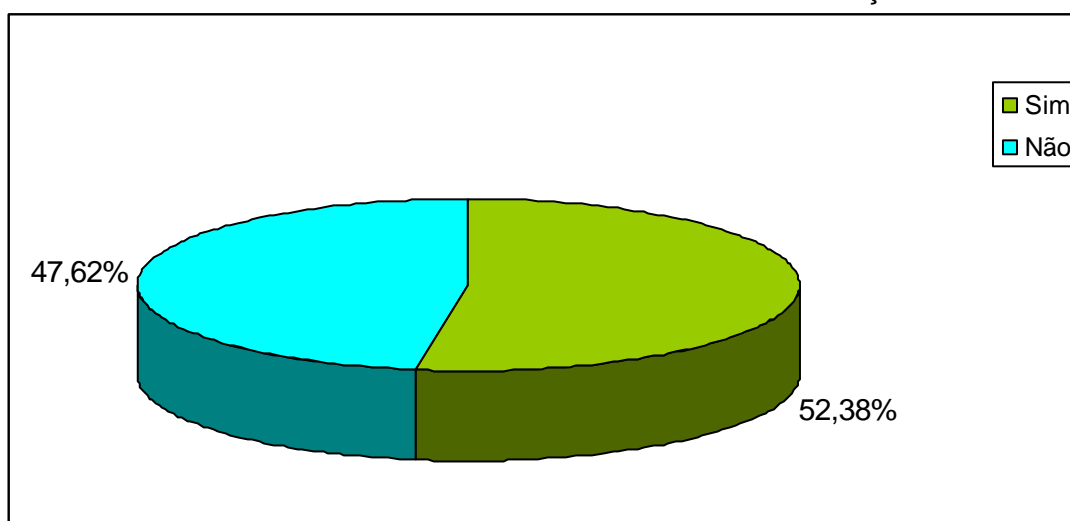
Os dados do Gráfico 03 nos revela que 42,85% dos profissionais raramente encaminham demandas, 28,85% faz semanalmente, 14,29% mensalmente, 14,29% declaram nunca ter encaminhado. Esta última posição é contraditória, se percebe essa importância.

Assim, esta equipe multiprofissional pode ser entendida como um agrupamento de profissionais em um mesmo ambiente, desenvolvendo suas atribuições profissionais individualmente, mesmo que em alguns momentos estas sejam requisitadas atribuições de outros profissionais.

Também investigamos os pais ou responsáveis pelos discentes acerca de como os mesmo buscavam resolver os problemas surgidos no interior da unidade escolar com seus filhos e como estes buscam removê-los, no intuito de compreender se estes conseguem perceber o papel do Serviço Social desenvolve na escola.

Constatamos que 52,38% dos pais ou responsáveis afirmaram que em algum momento já tiveram problemas relacionados com suas crianças e adolescente na escola, enquanto que, 47,62% informaram que não, como podemos verificar no Gráfico 04:

Gráfico 04 – Problemas de relacionamento das crianças



Fonte: Dados da pesquisa de campo (2011)

Os pais ou responsáveis pelos discentes informaram que os problemas foram motivados por questões referentes: ao relacionamento e rejeição dos alunos(as) com relação as crianças com deficiências; criança que não gosta de participar das aulas; brigas das crianças e adolescentes na escola; dificuldade de aceitação pelos(as) alunos(as) das crianças com deficiência na sala de aula formal; criança que era agredida e não queria retornar para escola; dificuldade de aprendizagem alunos(as) que estão com atraso e não conseguem acompanhar sua serie e a dificuldade em cumprir as regras da escola e de convivência em grupo. Das onze famílias que declararam terem tido problemas com suas crianças na escola, dez

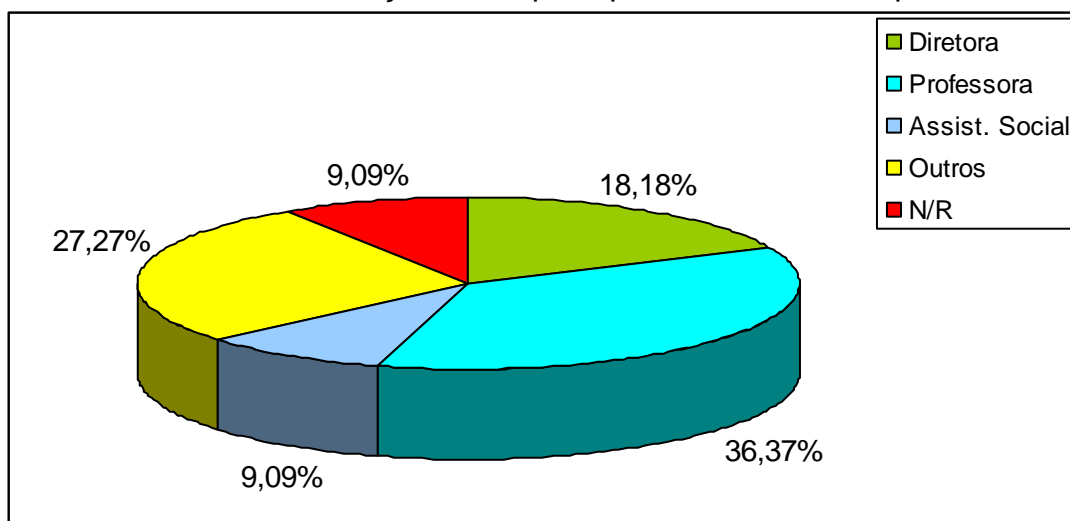


delas argumentaram que em alguns casos foi necessária a intervenção de algum profissional responsável pela escola, ou seja, a diretora (gestora) ou algum professor.

Com o objetivo de reforçar esta constatação questionamos os pais ou responsáveis a respeito da resolução dos problemas relacionados aos seus filhos (as) no ambiente escolar. E ficou evidente que o primeiro contato da família na escola se dar com o professor, pois 36,37% dos pais ou responsáveis informaram que foi com os professores, 18,18% com a diretora, 27,27% com outros profissionais, 9,09 não responderam e 9,09 responderam que com o assistente social.

Evidenciando que os componentes da equipe multiprofissional da unidade escolar, ainda, não referenciam ou encaminham suas demandas para o Serviço Social, o que fortalece a necessidade destes de redirecionarem sua prática, com objetivo de integrarem de preferência a uma proposta de trabalho que vislumbre a possibilidade da interdisciplinaridade, que precede a existência de uma relação entre as disciplinas que recombinem seus conhecimentos acerca de determinado objeto ou situação. O que poderá mudar o Gráfico 05:

Gráfico 05 - Na instituição, com quem procurou resolver o problema



Fonte: Dados da pesquisa de campo (2011)

Para que o trabalho em equipe aconteça de forma interdisciplinar, é necessário que os profissionais fundamentem sua prática a partir do resgate da visão de integralidade humana e do significado histórico-social do conhecimento, porque o conhecimento interdisciplinar está relacionado diretamente às práticas profissionais com o objetivo de orientá-las na efetivação de atitudes e ações mais integradoras que possibilitem a superação da sobreposição de profissionais ou campos de saberes.

#### **4.2.4 As (im)possibilidades de respostas às demandas profissionais**

A inserção do Serviço Social no campo da educação se apresenta de modo desafiador, tendo em vista o sucateamento em que esta política vem enfrentando e, devido ainda à mesma ter um público-alvo que é vítima das diversas expressões da questão social. Nesse sentido, o assistente social precisa dar respostas às demandas apresentadas pela população usuária e, ao mesmo tempo, se veem sem condições objetivas de atender as demandas devido à avassaladora política neoliberal.

Destarte, o Serviço Social, profissão situada no processo das relações sociais, marcada por constantes lutas em defesa da igualdade de direitos e condições de acesso a bens e serviços, além da intervenção direta nas diferentes expressões da questão social, tem nos espaços das instituições educacionais um terreno fértil, e ao mesmo tempo, contraditório para a atuação profissional, pois ao mesmo tempo em que esta profissão busca a viabilização de direitos de cidadania garantidos constitucionalmente, encontra-se sem possibilidades de assegurar tais direitos.

De acordo com a nossa observação realizada com os pais ou responsáveis ao investigarmos quais os dez principais problemas detectados por eles na unidade escolar elencaram os seguintes:

Quadro 02 - Demandas prioritárias levantadas pelos pais ou responsáveis dos discentes

<b>VARIÁVEIS</b>	<b>DEMANDAS</b>
<b>Baixa qualidade da merenda escolar</b>	Falta de merenda: “às vezes que tem a merenda, falta o gás”.
	Melhoria na merenda “só biscoito creme craker todos os dias é o fim”.
	Melhorar a “merenda nunca vi a não ser biscoito”. Ou seja, “ as crianças chegam sempre dizendo: “mãe não lanchei na escola não teve merenda”.
<b>Atraso na distribuição do fardamento</b>	Fardamento: “as crianças estão vindo com as roupas velhas de casa, morro de vergonha”!
	“O fardamento para identificar as crianças que são alunas (os)”.
<b>Reforma na estrutura do prédio</b>	Problema com o “poste de alta tensão prestes a cair, pátio ou área de lazer feito um matagal, muitas goteiras nas salas de aula e os banheiros em péssimo estado de conservação”.
	A reforma da escola, que está muito acabadinha! Precisa construir uma área de lazer que não tem e incentivar a prática de esporte e melhorar na segurança.
<b>Baixo rendimento escolar</b>	O baixo nível de aprendizagem colabora para que as crianças e adolescentes progridam de séries sem saberem ler ou escrever.
<b>Conflitos entre crianças e adolescentes</b>	“A questão do comportamento é muito grave, a falta de respeito e xingamentos com os pais uns dos outros acaba levando a violência entre os alunos”.
<b>Melhorar a segurança</b>	“O vigia que tem fica livre e tem que ter uma pessoa no portão para entregar as crianças”.
	“As crianças saíram da escola sem o vigia vê”.
<b>Acompanhamento do alunado no intervalo (recreio)</b>	“Alguém precisa acompanhar as crianças na hora do recreio”.
	“A professora tem que olhar e prestar mais atenção com as crianças no intervalo”.
<b>Interpretes para alunos (as) com deficiência</b>	“Falta de interprete para os alunos com deficiência auditiva”.
<b>Ausência de horário</b>	“A falta de um horário certo. Ninguém sabe quando vai ter o horário completo. Todo dia solta as turmas em um horário ”.
	“Falta de cumprimento do horário e os professores faltam muito, é uma desorganização muito grande”.

Fonte: Dados da pesquisa de campo (2011)

Não pretendemos aqui discutir as demandas reprimidas da unidade escolar, apenas constatar que neste pequeno universo o profissional do Serviço Social depara-se constantemente com inúmeras demandas e conflitos que necessitam de sua mediação, que, muitas vezes, não estão no seu alcance, ficando a depender de outras instâncias.

No entanto, diante dessas demandas, evidenciamos que apesar da escola vir abrindo espaços para a proposição de ações e projetos sociais que possam responder aos problemas sociais que perpassam seu cotidiano, as refrações da política neoliberal dificultam o atendimento real e ideal às demandas apresentadas em decorrência da fragmentação, seletividade e focalização que tal política prega no tocante às responsabilizações que deveriam ser assumidas pelo Estado.

Portanto, neste contexto também procuramos saber dos membros da equipe multiprofissional se o Assistente Social poderá contribuir de alguma maneira nas questões relacionadas ao processo de aprendizagem, violência e evasão, os profissionais responderam:

*Eu acredito. Porque ele sabe analisar a questão do problema das crianças (P04).*

*Sim, pois é esse profissional que vem buscando meios para solucionar estes problemas (P05).*

*Sim, pode contribuir estudando a família e o meio em que a criança está inserida, porém, sozinha não consegue muito (P07).*

Os profissionais ofereceram dados significativos nas suas respostas, primeiro assinalam o Assistente Social como um solucionador dos problemas dos alunos (as), pode sugerir as práticas assistencialistas que tem como função amenizar os “males sociais”, mas também, apontar que através dos estudos este profissional poderá desenvolver ações que visam à melhoria do quadro.

Neste sentido, o aprimoramento da prática desenvolvida pelo profissional contribui para a realização e disponibilização de pesquisas, estudos em torno das políticas públicas. O profissional em Assistência Social deve se valer das atribuições específicas da profissão prevista na Lei que a regulamenta (8.662/93) executando-as (CFESS, 1997).

O segundo destaque é para a afirmação de que “sozinha não consegue muito”, podemos fazer varias conjecturas como: o Estado não oferece meios para avançar no trabalho, a falta de apoio na própria instituição, a dificuldade de referenciar e contra-referência e também a que diz respeito à equipe não ter alcançado ainda o nível de interdisciplinaridade, oscilando entre multidisplinaridade que permite ou não a integração entre os diferentes profissionais. Nas falas seguintes dos membros da equipe encontramos novos subsídios para ponderar como:

*Acho que é necessário haver algumas condições, tais como: sala; mesa e cadeira; armários; material de escritório; telefone; disponibilidade integral de horário na instituição; formação continuada; verbas para participação em eventos e redes; efetivação de parcerias (P01).*

*Informando os fatos ocorridos na escola que seja da área do Assistente Social para que ele possa agir (P05).*

*Dá mais condições aos técnicos para que eles possam passar mais tempo no âmbito escolar (P06).*

*Aproximar a família da escola, cobrar dos pais mais participação na vida escolar das crianças. Trazer mais informação das famílias para os professores (P07).*

As indagações acima refletem a condição do espaço físico inadequado e a escassez de recursos materiais em que a equipe multiprofissional foi implantada na escola e reproduz o pouco compromisso do poder público com a educação, seja no que trata dos usuários ou quanto aos servidores. Além disso, os fragmentos das falas apresentadas demonstram que neste ambiente o profissional não dispõe de um local apropriado para atendimentos (individuais) em condições de preservar e assegurar o sigilo.

A escola não possui linha telefônica para fazer contato com outros órgãos com objetivo de dar prosseguimento ao encaminhamento e nenhum instrumento que possibilite ter conhecimento dos fatos ocorridos na escola que seja específico do Serviço Social, em virtude do profissional só responder pelo período que atua. Assim o profissional não tem a visão da escola como um todo, mais das partes. Esse curto período de atuação do Assistente Social na escola involuntariamente pode aumentar as desigualdades entre os turnos, já que com toda a precariedade em sua grande maioria o profissional do Serviço Social consegue fazer a diferença.

No tocante, às questões sobre a efetiva atuação do Serviço Social nas demandas prioritárias que surgem no cotidiano da escola, os profissionais apontaram em suas falas fatores que podem fortalecer a atuação deste profissional, quais sejam:

*Sim, o Serviço Social procura auxiliar, apoiar os professores e demais profissionais nas demandas que surgem, por exemplo, ausência dos alunos, necessidades da sala multimeios, contatos com a rede de garantias de direitos e demais*

*equipamentos sociais existentes em benefício da comunidade (P01).*

*Dando assistência aos alunos, professores e as famílias de acordo com as necessidades de cada segmento (P02).*

*Porque existem vários obstáculos e, às vezes, não se consegue realizar o trabalho desejado (P03).*

*Na medida do possível, pois a presença da Assistente Social é pequena diante das necessidades, das esferas governamentais (P07).*

O poder público precisa repensar a proposta de uma equipe multiprofissional por núcleo e sim, efetivar uma equipe por escola e acima de tudo fornecer os meios e as condições de trabalho. Percebemos que realmente não existem divergências entre as demandas postas pelos usuários e pelos membros da equipe multiprofissional, as dificuldades se apresentam nas respostas que dependem de fatores externos.

É importante ressaltar que essa prática deve ser construída pelos sujeitos e como afirma Martinelli (apud FÁVERO, 2009, p. 174) é necessário:

Estabelecer uma relação com a profissão tendo presente que quem produz a prática são os sujeitos sociais dela participantes – agentes institucionais e usuários – e quem a legitima são exatamente esses sujeitos usuários e não os mandantes e/ou contratantes da prática. É indispensável que o profissional tenha claro que em toda prática há um espaço de criatividade a ser explorado, há vias de transformação a serem acionadas. Nenhuma prática é um bloco monolítico, impenetrável, sempre há caminhos críticos, vias de superação a serem trilhadas, porém a verdade é que só são encontrados por quem os procura pacientemente, por quem os constrói corajosamente.

Portanto, é inegável a contribuição que a equipe multiprofissional tem dado na educação escolar pública municipal de Campina Grande/PB, diante de tantas precariedades, os profissionais, principalmente, os Assistentes Sociais vêm apresentado resultados positivos na implementação de projetos profissionais nas instituições de ensino onde estão inseridos.

## 5 APROXIMAÇÕES CONCLUSIVAS

Historicamente, a sociedade brasileira tem apresentado uma série de problemas urbanos, em um cenário marcado pelo agudizamento da questão social, e em que o neoliberalismo se coloca como hegemônico estes problemas se apresentam de forma ainda mais expressiva. Neste sentido, a inserção do Serviço Social na educação vem se expandindo no país.

Levando em consideração que a educação também vem sofrendo as consequências e os reflexos do agravamento das expressões da questão social, a escola aparece na atualidade como palco de constantes conflitos e os professores já não dão conta de enfrentá-los, e é necessário inserir outros profissionais, entre eles, o Assistente Social que pela sua formação poderá contribuir de maneira expressiva no enfrentamento destes.

A pesquisa de campo nos possibilitou fazer algumas constatações:

- a) Que os pais ou responsáveis, objeto da pesquisa, fazem parte de um universo em vulnerabilidade social, uma vez que a maioria não tem trabalho formal, ganham menos de um salário mínimo por mês, não concluiu o ensino médio e são jovens, em sua grande maioria;
- b) Que a equipe multiprofissional da Escola foi formada (os membros da equipe concluíram seus estudos) há pelos menos 10 anos, a qual acompanhou as transformações do serviço social no Brasil, que aconteceram na década de 90 para o início do ano 2000;
- c) Que a Escola Municipal José Virgínio de Lima carece de reformas estruturais, pois os profissionais não dispõem subsídios para exercerem as atribuições de suas profissões, e que a escola vem oferecendo merenda de baixa qualidade e apresentando desorganização em seu funcionamento;
- d) Que as maiores demandas apresentadas para o profissional de Serviço Social trata-se de violência na Escola, de acessibilidade aos alunos com algum tipo de deficiência, sobretudo, auditiva e na dificuldade de aprendizagem por parte do alunado;
- e) Que os pais ou responsáveis acham importante à presença do assistente social no corpo profissional da escola, mas confessam que a maioria não conhece esse profissional e muito pouco os procuram;

- f) Que os pais ou responsáveis procuram o professor ou a direção da escola para resolver algum problema envolvendo seus filhos;
- g) Que o assistente social é visto como um profissional que enquadra o sujeito às regras sociais, resolvendo todas as demandas apresentadas;
- h) Que para os membros da equipe multiprofissional a presença do assistente social na equipe é primordial, mas entendem que tal profissional resolve todos os problemas apresentados;
- i) Que o assistente social, de acordo com a metodologia adotada pelo município, atende há pelos menos três instituições de ensino em 25 horas de trabalho semanal, dificultando assim, sua percepção sobre as demandas escolar de cada instituição;
- j) Que a forma como o assistente social está inserido na escola, em apenas um turno, em dias alternados, não contribui de forma ampla para o desenvolvimento das ações da escola;
- k) Que o profissional de serviço social não dispõe de infraestrutura para o seu atendimento, uma vez que não tem sala específica para atendimento, comprometendo assim, o sigilo de seu trabalho;
- l) Que o professor não se acha membro da equipe multiprofissional, resolvendo por eles mesmos os problemas apresentados em sala de aula, encaminhando a equipe multiprofissional somente os casos em que eles acham que não tem solução;
- m) Que é inegável a contribuição do assistente social na escola, porém em ações pontuais, necessitando mudar a metodologia da equipe multiprofissional, da estrutura da escola, da visão sobre o trabalho do assistente social e estruturar uma rede de atendimento.

Em suma, a atividade do assistente social se modificou ao longo dos anos, contribuindo nas ações desenvolvidas na escola. Entretanto, o desafio é dar enfrentamento aos problemas decorrente no corpo escolar, trabalhando em equipe multiprofissional, de forma interdisciplinar, e com uma mínima estrutura para o seu trabalho.



## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. O serviço social na educação. **Revista Inscrita**, Brasília, n. 6, ano 3, p. 19-24, jul. 2000.
- ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. Serviço social e política educacional: um breve balanço e desafio desta relação. In: ENCONTRO DE ASSISTENTE SOCIAL NA ÁREA DE EDUCAÇÃO, 1., 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte, 2003.
- AMARO, Sarita Terezinha Alves (Org). **Serviço social na escola**: o encontro da realidade com a educação. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1997.
- BACKHAUS, Berenice Beatriz. Prática do serviço social escolar: uma abordagem interdisciplinar. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 38. p. 37-55, mar. 1992.
- BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social**: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2006.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 20 dez. 1996.
- CAMPINA GRANDE. Lei Complementar nº 036 de 8 de abril de 2008. Dispõe sobre o Estatuto e o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal. Campina Grande, 2008.
- CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Código de ética profissional dos(as) assistente social e lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. 3ª ed. Brasília: CFESS, 1997.
- FÁVERO, Eunice Terezinha. Desafios e perspectivas do exercício profissional do assistente social na efetivação de direitos. In: BATTINI, Odária, BAPTISTA Miriam Veras. **A prática profissional do assistente social**: teoria, ação, construção de conhecimento. São Paulo: Veras, 2009.
- FAZENDA, Ivani. **Interdisciplinaridade**: história, teoria e pesquisa. 4 ed. Campinas: Papirus, 1999.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. 218 p. (O mundo, hoje; 21).
- IAMAMOTO, M. V. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Serviço social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CEFESS, 2009.
- IAMAMOTO, M. V. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 2011.
- JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1998. 269 p. (Saúde em Debate; 46).

MOCHOCOVIATCH, Luna Galano. **Gramsci e a escola**. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1992.

PINTO, Rosa Maria Ferreiro. **Política educacional e serviço social**. São Paulo: Cortez, 1986.

# APÊNDICES

## APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA A EQUIPE MULTIPROFISSIONAL



Universidade Estadual da Paraíba - UEPB  
Centro de Ciências Sociais Aplicadas  
Departamento de Serviço Social  
Curso de Serviço Social

### Roteiro de Entrevista para a Equipe Multiprofissional

1 Idade: \_\_\_\_\_

1.2 Profissão: \_\_\_\_\_

1.3 Ano de formação: \_\_\_\_\_

1.4 Há quanto tempo exerce a profissão? \_\_\_\_\_

1.5 Possui algum tipo de especialização, mestrado? ( ) sim ( ) não

1.5.1 Em que área? \_\_\_\_\_

1.6. Há quanto tempo trabalha na instituição? \_\_\_\_\_

1.7. Você trabalha em outro (os) local além desta instituição?

1.8 Onde a há quanto tempo? \_\_\_\_\_

2. Com que frequência você encaminha “alunos” para o Serviço Social da escola?

( ) diariamente ( ) semanalmente ( ) mensalmente ( ) raramente

( ) nunca encaminhou.

Por quê?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

3. É do seu conhecimento o papel do Serviço Social na escola?

( ) sim ( ) não

4. Em sua opinião, qual o papel do Serviço Social no contexto escolar?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

5. Você acha importante o trabalho do Assistente Social na escola?

( ) sim ( ) não

Por quê?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

6. Como você analisa a contribuição do Assistente Social junto à equipe multiprofissional da escola?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

7. Você acredita que o Assistente Social pode contribuir de alguma maneira nas questões relacionadas ao processo de aprendizagem, violência e evasão dos alunos? Por quê?

---

---

---

8. O que você acha que poderia contribuir para o aprimoramento da prática desenvolvida pelo profissional de serviço social nesta escola?

---

---

---

---

9. Você acha que as intervenções do serviço Social na escola interferem no processo pedagógico? Por quê?

---

---

---

---

10. No seu ponto de vista o Serviço social vem atuando efetivamente nas demandas prioritárias que surgem no cotidiano da escola? De que forma?

---

---

11. Se você pudesse fornecer alguma sugestão para aprimorar o trabalho do Serviço Social, o que você sugeriria?

---

---

---

---

---

## APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA OS PAIS OU RESPONSÁVEIS



Universidade Estadual da Paraíba - UEPB  
Centro de Ciências Sociais Aplicadas  
Departamento de Serviço Social  
Curso de Serviço Social

### Roteiro de Entrevista para os Pais ou Responsáveis

1 Idade: \_\_\_\_\_

2 Sexo: ( ) masculino ( ) feminino

3 Número de filhos: \_\_\_\_\_

4 Qual o seu grau de instrução?

- ( ) não alfabetizado
- ( ) alfabetizado
- ( ) fundamental incompleto
- ( ) fundamental completo
- ( ) ensino médio incompleto
- ( ) ensino médio completo
- ( ) ensino superior incompleto
- ( ) ensino superior completo

5 Qual das alternativas abaixo representa a sua situação no mercado de trabalho?

- ( ) Empregado ( ) Desempregado ( ) Aposentado ( ) Pensionista ( ) vive de rendas (próprias) ( ) Outros: \_\_\_\_\_

6 Em que faixa de renda mensal total se encontra sua família?

- ( ) até um salário mínimo
- ( ) de 1 a 3 salários mínimos
- ( ) de 4 a 6 salários mínimos
- ( ) de 7 a 9 salários mínimos
- ( ) mais de 10 salários mínimos

7 Recebe algum tipo de benefício?

- ( ) Sim ( ) Não Qual?

\_\_\_\_\_

8 Tipo de moradia:

- ( ) Própria ( ) Alugada ( ) Cedida Outros \_\_\_\_\_

9 Tem quantas crianças e adolescentes que estudam na escola? \_\_\_\_\_

10 Há quanto tempo eles estudam na escola? \_\_\_\_\_

11 O que elas são suas/seus?

- ( ) filho (a/os/as)  
( ) sobrinho (a/os/as)  
( ) neto (a/os/as)  
( ) enteado (a/os/as)  
( ) outros \_\_\_\_\_

12 Já tive algum problema relacionado à (s) sua (s) crianças e adolescentes na escola? ( ) sim ( ) não

Se sim, por qual motivo?

\_\_\_\_\_

13 Quem procurou resolvê-lo na instituição? \_\_\_\_\_

14 Você conhece o trabalho do Serviço Social na escola? ( ) sim ( ) não

15 Você já foi atendido (a) pelo Serviço Social na escola? ( ) sim ( ) não

16 Por que motivo/necessidade?

\_\_\_\_\_

17 Sua demanda foi atendida? ( ) sim ( ) não

Por quê? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

18 Você procurou o Serviço Social por conta própria ou foi encaminhado?

\_\_\_\_\_

Por quem? \_\_\_\_\_

19 O que você acha do trabalho do Assistente Social na escola?

\_\_\_\_\_

Por quê? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

20 Se você pudesse dar alguma sugestão para aperfeiçoar este trabalho, o que você sugeriria? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

21 Em sua opinião, quais os maiores problemas identificado por você na escola?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

# ANEXOS



## ANEXO A - CERTIFICADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS**

**PROJETO: FR 423779 CAAE Nº. 0175.0.133.000-11**

**DATA DE ENTREGA: 04/05/2011**

**PARECER**

**X APROVADO**

**NÃO APROVADO**

**PENDENTE**

**TÍTULO:**

**O PROCESSO DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL A LUZ DA COMPREENSÃO DA EQUIPE MULTIPROFISSIONAL E DOS (A) RESPONSÁVEIS PELOS(A) DISCENTES DA ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ VIRGINIO DE LIMA**

**PESQUISADOR: CIBELLY MICHALANE OLIVEIRA DOS SANTOS COSTA**

**DESCRIÇÃO:** Na análise do presente projeto, inicialmente verificamos a Folha de Rosto (FR), Termo de Compromisso do Pesquisador Responsável (TCPR), Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), Instrumentos para a Coleta de Dados e, Termo de Autorização Institucional (TAI); estando tais documentos em plena conformidade com as diretrizes que norteiam este Comitê.

No corpo do projeto, evidenciamos introdução, justificativa, objetivos, fundamentação teórica, metodologia, cronogramas e referências; havendo coerência e harmonia científicas na articulação entre esses elementos.

Outrossim, destacamos as recomendações complementares relacionadas com o sujeito de pesquisa, com o pesquisador e com o Comitê de Ética em Pesquisa, previsto respectivamente nos itens: IV. 1.f, IV. 2.d, III. 1.z, V.3 e V.4, da Resolução 196/96 do CNS/MS.

Portanto, tendo por fundamento a Resolução anteriormente destacada, que disciplina a matéria em análise; bem como a partir da RESOLUÇÃO/UEPB/CONSEPE/10/2001, que rege este Comitê de Ética em Pesquisa, reiteramos pela aprovação do presente projeto.

Campina Grande, 17/05/2011

Relator: 18

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Profª Dra. Domitila Pedrosa da Araújo  
Coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa